

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA  
TRADUÇÃO**

VIVIANE BARAZZUTTI

**A DESCONSTRUÇÃO DA OPOSIÇÃO ENTRE SURDOS E  
OUVINTES A PARTIR DA (DES)TERRITORIALIZAÇÃO  
DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Estudos da Tradução.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ronice Muller de Quadros

Florianópolis  
2012

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

B227d Barazzutti, Viviane

A desconstrução da oposição entre surdos e ouvintes a partir da (des)territorialização do intérprete de língua de sinais [dissertação] / Viviane Barazzutti ; orientadora, Ronice Müller de Quadros. - Florianópolis, SC, 2011.  
117 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução.

Inclui referências

1. Tradução e interpretação. 2. Língua brasileira de sinais. 3. Surdos - Educação. I. Quadros, Ronice Müller de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. III. Título.

CDU 801=03

Viviane Barazzutti

**A DESCONSTRUÇÃO DA OPOSIÇÃO ENTRE SURDOS E  
OUVINTES A PARTIR DA (DES)TERRITORIALIZAÇÃO  
DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS**

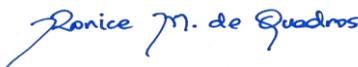
Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2012.

---

Prof. Dra. Andréia Guerini  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ronice Muller de Quadros,  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marianne Rossi Stumpf,  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>ta</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mara Masutti,  
Instituto Federal de Santa Catarina



Prof.<sup>ta</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Patrícia Luiza Rezende  
Universidade Federal de Santa Catarina



Aos meus meninos João e Paulo, pelo amor de todos os dias.



## AGRADECIMENTOS

Ao João, meu tesouro, meu menininho, pelo amor delicado e intenso que me enche de vida todos os dias. Amo você Janjão!

Ao Paulo, companhia amorosa. Pelo incentivo, confiança e amizade incondicional e acolhedora nos momentos difíceis de escrita deste trabalho. Além, é claro, do delicioso café das nossas manhãs. Te Amo Xuxu!

À minha mãe, pelos desenhos e recadinhos na geladeira que me impulsionaram a realizar este sonho. Te amo Mãe!

Ao meu pai, pelo coração bondoso e pela casa na árvore para dividir com os amigos;

À querida Vó Nita, pelo amor amigo e exemplo de vida;

Ao querido Tio Osvaldo, que realiza este sonho junto comigo;

Ao Guilherme Carlos Corrêa, por abrir espaço na sua vida para dividir comigo alegrias, conversas, livros e uma porção de histórias. Obrigada Gui!

À minha família, que mesmo tão distante, incentivou com telefonemas, correspondências e carinho a concretização deste sonho.

À Ronice Muller de Quadros, orientação amiga, carinhosa e desafiadora;

À Silvana Nicoloso, amiga tão querida que me acolheu como irmã e compartilha comigo suas alegrias, trabalhos, desafios e bolos de chocolate com o João e o Paulo;

À Fabiana Velasquez, pelo incentivo precioso e experiências que juntas compartilhamos;

À Andressa Dreher, amiga dos dias nublados e ensolarados;

Aos amigos Ana Regina Campello, José Carlos Ferreira Souza, Jeferson Bruno Moreira Santana, Karin Strobel, Letícia Tobal, Neemias Santana, Silvana Aguiar, Soelge Mendes que mostram a cada encontro nosso as possibilidades infinitas de um lindo trabalho como intérprete de língua de sinais.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudo da Tradução pelo apoio na longa trajetória desta pesquisa. Em especial ao Fernando, obrigada!

À Aline Souza Nunes pelas preciosas sugestões na banca de qualificação.

À Marianne Stumpf, pela acolhida carinhosa e pelas lembranças felizes quando da aproximação surdo-ouvinte.

Obrigada!



Pensar não consola nem torna feliz. Pensar se arrasta languidamente como uma perversão; pensar se repete diligentemente em um teatro; pensar se joga fora do copo de dados. E, quando o acaso, o teatro e a perversão entram em ressonância, então o pensamento é um transe; e vale a pena pensar.

(Michel Foucault, 2000. *Theatrum philosophicum*. In *Ditos e escritos II*)



## RESUMO

Discutir a oposição surdo/ouvinte a partir da conversa da Revista da FENEIS com pensadores como Michel Foucault, Félix Guattari, Gilles Deleuze, Suely Rolnik, Ronice Muller de Quadros, Gládis Perlin e Karin Strobel é a proposta deste trabalho. Os Estudos Surdos, nesta pesquisa, possuem, além da dimensão teórica, o lugar do “narrar-se surdo”, podendo ser encarado como a entrada no mundo surdo para a coleta de olhares, discursos, experiências e acontecimentos. Essa entrada no mundo surdo através das produções surdas, como dissertações, teses, livros e a Revista da FENEIS serviram para problematizar e entender como a comunidade surda encara o encontro surdo-ouvinte. É desse encontro que os territórios surdos e ouvintes são demarcados e impedem assim a possibilidade de experimentação dos universos que envolvem estas comunidades. A figura do intérprete de Libras aparece nesse contexto como a possibilidade de oportunizar a abertura de campos de conhecimento e experimentação entre surdos e ouvintes e desestabilizar os conflitos que decorrem desse estreitamento. A dissolução da oposição surdo/ouvinte, ou a tentativa dela, a partir de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Suely Rolnik se dá através do conceito de (des)(re)territorialização, que é introduzido principalmente através da obra *O Anti-Édipo* que foi publicado originalmente em 1972 e desdobrado em *Mil Platôs* de 1980 e *O que é a filosofia?* de 1991, ambos de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Os efeitos decorrentes do encontro das línguas, que produzem, dentre tantos outros, novos modos de os sujeitos representarem-se, nomearem-se e definirem-se, está acompanhado daquilo que Suely Rolnik (1989) aponta como “um processo galopante de desterritorialização”, que é a rapidez com que é possível, hoje, abrir mão de certos padrões de interação e comportamento. A desterritorialização aparece quando renunciando a esses padrões, individualmente, desfrutamos dessa “rápida desaderência” (Rolnik, 1989). Pensar essa desaderência quando do encontro das línguas é uma possibilidade de intensificar esse processo de desterritorialização, já que os nossos padrões culturais de comportamento, linguagem e interação podem colidir com os padrões culturais que estão envolvidos na outra língua. Assim fica fácil perceber que o universo em que estão envolvidas as línguas é bastante rico para pensarmos a desterritorialização e reterritorialização dos sujeitos.

Palavras-Chave: Desterritorialização. Estudos Surdos. Intérpretes de Libras



## ABSTRACT

Discuss the opposition deaf / people hearing from the FENEIS Magazine conversation with thinkers such as Michel Foucault, Felix Guattari, Gilles Deleuze, Suely Rolnik, Ronice Muller de Quadros, Gladis Perlin and Karin Strobel is the purpose of this work. The Deaf Studies in this research have, in addition to the theoretical dimension, the place of "deaf narratives" and can be seen as the entry into the deaf world to collect point of views, speeches, events and experiences. This entry in the deaf world through deaf productions, such as dissertations, theses, books and the FENEIS Magazine served to problematize and understand how the deaf community sees the encounter deaf/people hearing. At this encounter the territory of deaf and people hearing are demarcated, thus avoiding the possibility of experimentation of universes that involves these communities. The figure of the Sign Language Interpreter appears in this context as the possibility to create opportunities to open fields of knowledge and experimentation among deaf and people hearing and destabilize the conflicts that come from this narrowing. The dissolution of the opposition deaf / people hearing, or attempting it, from Gilles Deleuze, Félix Guattari and Suely Rolnik, happens through the concept of (de) (re) territorialization, which is introduced mainly through the work, *Anti-Oedipus*, originally published in 1972. This work led to *A Thousand Plateaus*, 1980, and *What is Philosophy?* 1991, both of Gilles Deleuze and Felix Guattari. The effects of the languages meeting, which produce, among many others, new ways to individuals represent themselves, to name themselves, and define themselves, is followed by what Suely Rolnik (1989) points out as "a runaway process of deterritorialization" , which is the speed that is possible today, to give away of certain patterns of interaction and behavior. The deterritorialization appears when waiving these standards, individually, we have this "fast detaching" (Rolnik, 1989). Suppose that this detaching happens trough the meeting of languages is a possibility to enhance this process of deterritorialization, once that our cultural patterns of behavior, language and interaction can collide with the cultural patterns that are involved in the other language. This way is easy to realize that the universe where these languages are involved languages is rich enough for us to think the deterritorialization and reterritorialization of the individuals.

**Keywords:** Deterritorialization. Deaf Studies. Sign Language Interpreters.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASL – American Sign Language  
CED – Centro de Educação  
EC – Estudos Culturais  
FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos  
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ILS – Intérprete de Língua de Sinais  
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos  
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais  
LSB – Língua de Sinais Brasileira  
NAT – Núcleo de Alfabetização Técnica  
PROLIBRAS – Exame Nacional de Proficiência em Libras



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
1.1A MINHA HISTÓRIA COM A LÍNGUA DE SINAIS: A MINHA (DES)TERRITORIALIZAÇÃO.....	19
1.2 A TRAJETÓRIA DA PRESENTE PESQUISA: SER OUVINTE-INTERPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS NA COMUNIDADE BRASILEIRA.....	23
1.3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA PESQUISA.....	30
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>35</b>
2.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE .....	40
<b>3. A PRESENÇA OUVINTE NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL</b> .....	<b>42</b>
3.1 MARCADORES DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: A PRESENÇA OUVINTE .....	42
3.2 A FRONTEIRA LINGÜÍSTICA: LÍNGUA DE SINAIS APROXIMANDO SURDOS E OUVINTES.....	54
<b>4 ARTEFATOS CONSTITUINTES DA CULTURA SURDA: O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS</b> .....	<b>68</b>
<b>5. AGENCIAMENTOS E DESTERRITORIALIZAÇÃO COMO ARTEFATOS NO CAMPO DOS ESTUDOS CULTURAIS E NO CAMPO DOS ESTUDOS SURDOS</b> .....	<b>74</b>
5.1 TERRITÓRIOS QUE CRIAM AGENCIAMENTOS.....	77
5.2 A DESTERRITORIALIZAÇÃO É POSSÍVEL .....	80
5.3 CARTOGRAFIA DAS MULTIPLICIDADES: O MODELO RIZOMÁTICO.....	84
<b>6. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>91</b>
6.1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	91
6.2 ANÁLISE DOS DADOS.....	92
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>108</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>111</b>



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 A MINHA HISTÓRIA COM A LÍNGUA DE SINAIS: A MINHA (DES)TERRITORIALIZAÇÃO

*É que o saber não é feito para compreender,  
ele é feito para cortar.*

*- Michel Foucault  
Nietzsche, a genealogia e a história.*

*- Eu nunca brinquei disso. Sempre brinco sozinha em casa com minhas bonecas, pois minha mãe não me deixa sair para brincar com os amigos da escola. E na escola eu também não tenho muitos amigos.*

*Ela parece estar à vontade para me contar da sua vida. Mas não estou confortável com aquela conversa. Faço menção de que entendo o que aquela menina surda gesticula para mim, mas chamo minha mãe para que ela me diga o que a menina fala em gestos rápidos e com jeito de que consegue ser entendida. Minha mãe interpreta e pergunto se a menina virá a nossa casa aos finais de semana, minha mãe responde que, em casa, Jéssica não consegue se comunicar com os pais, com os irmãos e tem apenas a fonoaudióloga como companhia após a escola e que virá brincar comigo aos finais de semana. Minha mãe indica que devo ter paciência e que sozinha consigo me comunicar... Ela sai, e olho para a menina, que, sorrindo, parece querer dizer alguma coisa. Com a testa franzida, tento dizer que estou disposta a aprender com ela, e voltamos a brincar como se nada tivesse acontecido.*

Assim começa a minha história com a língua de sinais.

Aos nove anos, minha mãe, professora de crianças com “deficiência”, oportuniza meu primeiro contato com surdos. Tenho diante de mim dezenas de crianças surdas com a minha idade, que não conseguem se comunicar com os pais, com os colegas de escola e que são extremamente pobres. Meus olhos são arregalados diante das mãos velozes que sinalizam alguma coisa em minha direção. São estas crianças que até hoje fazem parte da minha vida, que abriram espaço para eu pensar um novo modo de comunicação e trouxeram até esta dissertação as provocações que me fizeram aos nove anos.

Cresci com minha mãe levando estas crianças surdas para passarem os finais de semana em nossa casa, sempre numa tentativa de que elas pudessem aliviar o estresse cotidiano de se fazerem entender por pessoas tão próximas como pais, amigos e professores. Minha mãe, a todo o momento sinalizava para elas notícias que passavam na televisão, livros de história e tarefas que ao longo do dia realizávamos. Achava interessante o modo como elas se comunicavam, e como ficavam felizes ao serem compreendidas. Minha mãe trazia para casa textos e livros com desenhos que mostravam como articular aqueles gestos. Pintando os desenhos, ia aprendendo a gesticulá-los.

Meu contato com surdos, portanto, começa cedo e, em 2002, presto vestibular para Educação Especial, com habilitação para o ensino de surdos. Foi na universidade, como acadêmica, que tive contato com surdos mais velhos, que me mostraram uma infinidade de modos de fala possíveis para surdos, sem restrições em relação à língua portuguesa ou à língua de sinais.

No estágio, com duração de um ano, opto por trabalhar com alunos adultos, e, com eles, tenho muitas surpresas. Logo na primeira aula, deparo-me com um aluno que conversa sozinho insistentemente e que domina de modo admirável a língua de sinais. Reporto-me a ele, solicitando sua atenção e seu olhar se volta a mim relatando uma suposta viagem de avião. Percebo o quanto ele se concentra naquele relato e o modo detalhado com que descreve o avião e as paisagens que enxerga, numa habilidade incrível com a língua de sinais. É este menino que me ensina o quanto podemos aprender com as invenções que somos capazes de fazer quando nos desterritorializamos e, desprendidos do nosso território, fantasiamos na nossa língua.

Nessa etapa, meu contato com surdos se estreita, e percebo uma infinidade de impossibilidades às quais estão sujeitos. Impossibilidades estas que são remetidas ao fato da língua de sinais não conter ainda algumas terminologias e vocabulário relativos a determinadas áreas de conhecimento e à falta de fluência dos próprios professores ouvintes para a expressão da maioria dos conceitos científicos tratados na escola. A opção por esta ou aquela língua implica numa fluência necessária a uma comunicação satisfatória, e isto requer certa habilidade em “produzir fala rápida, fluente e espontânea, mas não necessariamente gramaticalmente compreensível...” como aponta PEREIRA e FRONZA

(2006, p.2)<sup>1</sup>. Essa habilidade tem sido motivo de desistência no ensino de determinados conteúdos a alunos surdos, fato que deixa estes sujeitos subordinados à esses profissionais e à sua própria língua. Todavia é importante destacar que a fala pode até não ser considerada gramaticalmente correta, mas pode, mesmo assim ser compreensível, o que de certa forma ilustra o contexto educacional surdo marcado pela abertura do ensino da língua de sinais dentro das próprias escolas, tanto de surdos quanto de ouvintes. As pessoas surdas passaram a oferecer cursos de Libras para os próprios professores e alunos dessas instituições. Uma mostra de que a comunidade surda está atenta e preocupada com o nível de fluência dos professores que trabalham em contextos surdos e com a relação professor (ouvinte) – aluno (surdo).

Pensando nisso, passo a fazer parte de um projeto de pesquisa, paralelo ao estágio curricular, intitulado *Interações entre surdos e educadores em formação: as transformações em Ciências Naturais na perspectiva da leitura de mundo*. Este projeto que tem a intenção de provocar um *conhecer com vontade*, numa perspectiva apresentada por Max Stirner (2001)<sup>2</sup>, abriu campos de conhecimento tanto para educadores em formação como para surdos. Os temas são escolhidos segundo o interesse dos participantes, e partiu-se da pesquisa em educação desenvolvida pelo NAT/CED/UFSC, que criou uma modalidade educacional voltada para a formação de educadores autônomos cujo trabalho tem como característica mais importante a possibilidade de o educador-oficineiro apresentar seus temas de estudo a pessoas que também tenham interesse por esses temas. Chamam-se oficinas às relações que se dão a propósito das trocas de saberes e das estratégias utilizadas para a compreensão do que cada um tem a dizer. A *leitura de mundo*, segundo Paulo Freire, permite que educadores-pesquisadores ouvintes e surdos tenham experiências de produção de conhecimento cujo foco é a vontade de conhecer. A decisão pelos temas de estudo permite a busca por alternativas de linguagem, devido à infinidade de conceitos próprios das ciências e a limitação na inexistência de uma infinidade de terminologias e vocabulário relacionados às ciências naturais e à experiência imediata dos sentidos. Assim, criar e experimentar estratégias de acesso aos conceitos

---

<sup>1</sup> Maria Cristina Pereira & Cátia de Azevedo. FRONZA. **Proficiência Lingüística e Fluência em língua de sinais: uma necessária revisão teórica**. IV Encontro de Pesquisa em Pós-Graduação. Fortaleza, CE, UNIFOR, 2006.

<sup>2</sup> Max Stirner. *O Falso Princípio de Nossa Educação*. (Trad. Plínio Augusto Coelho). São Paulo: Editora imaginário, 2001.

científicos evidencia questões pouco discutidas no contexto escolar. Dessa investigação surgem as *caixas de ferramentas*: canais de acesso aos conceitos, auxiliares na compreensão/aproximação do tema e na construção de dispositivos de comunicação ouvinte-surdo e também — devido ao ineditismo dos temas nos campos de conhecimento disponíveis aos surdos e ouvintes — entre surdo-surdo. Nesse sentido, não existem diferenças entre ser surdo e ser ouvinte, a vontade de conhecer une os envolvidos abrindo espaço para a troca de saberes — pelo exercício de diversas linguagens — e para a inauguração de novas formas de compreender o mundo.

Atuando no projeto, optamos pela utilização e criação de sinais icônicos<sup>3</sup>, fato que me remete sempre a uma tentativa de sermos compreendidos uns pelos outros, inclusive por surdos participantes do projeto que não conheciam satisfatoriamente a língua de sinais. Essa perspectiva teve influência significativa na construção desta pesquisa, pois pensar surdos dentro dos movimentos educacionais que optam, sempre, na direção de métodos oralistas ou gestualistas, até hoje, faz essas pessoas passivas na escolha dos seus modos de comunicação. Além disso, a tentativa do projeto era sempre de se desfazer daquilo que é dado como pronto, acabado, finito e demarcado territorialmente, como veremos adiante nesta pesquisa com as contribuições de Deleuze, Guattari, Rolnik e Foucault.

Meu contato com surdos se estreita quando encontro na Universidade Federal de Santa Catarina um espaço de livre circulação dos saberes surdos. Este encontro oportuniza minha entrada “no mundo da interpretação” em língua de sinais, principalmente através do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução.

Logo que cheguei nessa universidade, o Curso de Letras-Libras ainda era um projeto que estava no papel e pude de perto acompanhar a luta de uma comunidade, representada pela Professora Ronice Muller de Quadros, os embates, as dificuldades, mas principalmente a vitória na conquista de um curso inédito no Brasil, vitória que foi representada pela alegria de realizar um vestibular em língua de sinais e que, logo em seguida, foi concretizada através da matrícula de quase quinhentos

---

<sup>3</sup> A iconicidade das línguas refere-se ao fato de elas ilustrarem em palavras ou sinais, objetos, seres ou eventos. Cada língua, tanto as de sinais como as orais, são motivadas por referentes que correspondem a realidade ou situação a que estão envolvidas num determinado contexto, como, por exemplo, o sinal de “pintar” é motivado pelo objeto ou evento a que está envolvido e é descrito segundo as características ou motivações desse objeto ou evento. Apesar da iconicidade existente nas línguas de sinais, os sinais são convencionalizados (Klima & bellugi, 1979)

alunos surdos. Tudo isso foi acompanhado de perto por olhos atentos de uma comunidade ouvinte que jamais presenciou tantas pessoas surdas no contexto educacional de ensino superior. Além disso, pude presenciar o aparecimento de dezenas de intérpretes que agora se unem em torno do curso de Letras-Libras. Um curso, portanto, que além de unir as pessoas surdas em torno das questões surdas, também une os intérpretes de língua de sinais.

Pude presenciar os diálogos que os alunos propuseram em torno da organização metodológica, da língua de sinais, agora oficializada como língua do curso, da organização curricular proposta, da presença ouvinte na comunidade surda e da educação que, não só os surdos, mas todos querem.

São estes movimentos que presencio como intérprete e que me provocam a pensar o território que ocupo como ouvinte, dentro dos movimentos surdos.

(Des)Territorializando o ouvinte em mim, vou me territorializando num território surdo.

\*\*\*

## *12 A TRAJETÓRIA DA PRESENTE PESQUISA: SER OUVINTE-INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS NA COMUNIDADE BRASILEIRA*

Este trabalho é uma tentativa, a partir do pensamento de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Suely Rolnik, de romper com a oposição surdo/ouvinte, que vai marcar o território conflituoso que se insere o intérprete de língua de sinais, que é geralmente<sup>4</sup>, ouvinte.

A dissolução da oposição surdo/ouvinte, ou a tentativa dela, a partir de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Suely Rolnik se dá através do conceito de (des)(re)territorialização, que é introduzido principalmente através da obra *O Anti-Édipo* que foi publicado originalmente em 1972 e desdobrado em *Mil Platôs* de 1980 e *O que é a filosofia?* de 1991, ambos de Gilles Deleuze e Félix Guattari.

A comunidade sinalizante brasileira apresenta características muito interessantes, principalmente no que diz respeito ao uso das suas duas línguas, a língua portuguesa e a língua de sinais.

---

<sup>4</sup> Digo isso, atentando ao fato de que, hoje, existem, também, intérpretes e tradutores surdos.

Mas, antes de apresentar essas características, gostaria de, brevemente, tratar da diferenciação entre comunidade sinalizante e comunidade surda, adotados, neste trabalho, como conceitos teóricos diferenciados e que ao longo deste trabalho aparecerão inúmeras vezes sob este ponto de vista, ainda que outros autores como Strobel (2008) e Perlin (2004) tratem-no sob uma perspectiva diferente.

Nesta dissertação, o termo *comunidade sinalizante* é relativo a uma comunidade composta por todas aquelas pessoas engajadas nos movimentos surdos, sendo composta, portanto, pelas famílias das pessoas surdas, intérpretes e quaisquer pessoas simpatizantes das causas surdas. Por *comunidade surda* entende-se o grupo composto apenas por surdos.

Para os autores acima mencionados, o termo comunidade surda reconhece também aos ouvintes que compõem esta comunidade, como aponta Strobel (2008: 31)

Então entendemos que a comunidade surda de fato não é só de sujeitos surdos, há também sujeitos ouvintes – membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros – que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização.

Nesse contexto, apresentado pela autora, a condição de ouvinte e a sua inclusão no universo das pessoas surdas provoca o aparecimento de um lugar instável para a figura do ouvinte aprendiz, como aponta Santos (2006: 32)

O ouvinte, ao aprender a LS como sua segunda língua, passará por um constante processo de renegociação e realinhamento com as pessoas surdas; em determinados momentos, poderá sentir vergonha da sua condição de aprendiz; em outros, necessitará de esforço para compreender aspectos culturais diferentes das suas experiências culturais por meio de uma língua com modalidade gestual-espacial, a LS, distinta da modalidade oral-auditiva da sua língua, o português.

A relação do ouvinte, portanto com a comunidade surda passa por constantes renegociações, como a autora aponta, e evidencia assim, que esta relação não é estável, tranqüila, tampouco harmoniosa na sua

totalidade. Perlin (2006: 8) no artigo intitulado A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais, aponta que “Entre os surdos, há aqueles que remetem ao intérprete como mal necessário”. Fica evidente portanto, que as pessoas surdas resistem à presença ouvinte na comunidade surda, ainda que ela seja inevitável ou necessária.

Numa menção às discussões propostas por Perlin (2006) no artigo mencionado acima, Santos (2006: 36) afirma que

Alguns dos ILS parecem conhecer “intimamente” os dois espaços, de surdos e de ouvintes, mas não pertencem “completamente” a eles e sim transitam por eles. Não são surdos, mas se aproximam deles e, ao mesmo tempo, são ouvintes que desenvolveram características diferenciadas da maioria da população que ouve.

Os ouvintes-intérpretes estão vinculados à comunidade surda e às pessoas surdas não apenas, mas principalmente pela língua de sinais. Surdos e ouvintes, independente de serem fluentes ou aprendizes, mas sobretudo sinalizantes. Neste contexto, a prerrogativa de que todos estão interessados na língua de sinais e não mais na condição de surdo ou interessa a esta pesquisa.

Strobel (2008) atenta para o fato de que o termo comunidade restringe a dimensão que os indivíduos surdos ocupam na sociedade brasileira atual. Para ela, o termo “povo surdo”, ganha força quando são apresentadas as características originárias desse grupo. Segundo ela,

Quando pronunciamos “povo surdo”, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução lingüística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer laços. STROBEL (2008: 31)

Nesse sentido, esta dissertação não discute a diferenciação entre os termos comunidade, grupo ou povo surdo, a atenção está voltada, justamente, para a livre circulação da língua de sinais entre os diferentes usuários que são tomados como diferentes e não apenas a partir da sua

condição de ouvintes ou não ouvintes<sup>5</sup>. Todavia, para diferenciar a presença ouvinte em grupos surdos do encontro surdo-surdo unicamente, utiliza-se, neste trabalho, a nomenclatura comunidade sinalizante e comunidade surda respectivamente. Ainda é uma tentativa de romper com oposição surdo/ouvinte que, por conta de uma trama histórica (FOUCAULT, 1989; SUPALLA, 2006) tem sido amplamente utilizada para referenciar a dicotomia entre estes personagens e carrega assim o status de oposição. Vale a pena mencionar aquilo que Supalla (2006, p.23) sugere como uma *polarização entre as forças das línguas de sinais e faladas* que remete justamente à dicotomia entre surdos e ouvintes. Segundo o autor “... a história da interação entre pessoas surdas e ouvintes é fragmentada, sendo presumida ao invés de documentada, ainda que seja uma força que molda a evolução e o crescimento da língua de sinais.”

Abandonar ainda o sujeito como alvo dessa dicotomia interliga-se ao que Foucault (1989) aponta como genealogia

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo dos acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (p.7)

A condição de ouvinte, usuário de língua de sinais, remete a um movimento de entrada e saída desses personagens nas culturas, povos, grupos ou comunidades surdas e ouvintes. Ser ouvinte, usuário de língua de sinais implica num bilingüismo possível às pessoas interessadas em aprender essa língua. Mas ao mesmo bilingüismo, a partir da simples pré-disposição em aprender uma língua, tem outras implicações quando pensado para os não ouvintes.

Para essa comunidade surda, unicamente surda, ser bilíngüe possui uma representação muito diferente em relação ao bilingüismo possível às pessoas não sinalizantes, pois o português e a língua de

---

<sup>5</sup> Em comparação com a nomenclatura que tem sido amplamente utilizada no campo dos Estudos Surdos, que denomina os usuários de língua de sinais como surdos e não surdos (ouvintes), apontando para o rompimento da oposição surdo/ouvinte.

sinais estão quase no mesmo nível de importância, se pensarmos, por exemplo, que o inglês, uma segunda língua para um brasileiro, não é uma língua que determine a sua circulação pela educação, nos meios sociais, etc. o domínio da língua inglesa por um brasileiro é um diferencial. O fato de passar para o status de bilíngüe intermodal muda a posição ocupada pela pessoa que aprende a língua de sinais (intermodal no sentido usado por Quadros e Metzger, 2011, com duas línguas em modalidades diferentes, oral-auditiva e visual-espacial). Já para a comunidade surda, o domínio da língua portuguesa, uma segunda língua, implica em uma participação satisfatória e ativa nos meios sociais, educacionais, políticos, no mercado de trabalho, enfim, em espaços fundamentais para a sua constituição como sujeito. Ser surdo e não dominar a língua portuguesa significa ser estrangeiro no seu próprio país e isso se dá pela diferença entre “segunda língua” e “língua estrangeira”, como aponta Gesser (2006)<sup>6</sup>.

Segundo Gesser (2006: 51)

...comparada à situação de grupos lingüísticos de línguas orais, a situação do grupo minoritário surdo revela-se mais complexa. Para começar, até bem pouco tempo os surdos não eram reconhecidos como bilíngües; e esse *status* lhes era negado exatamente por serem continuamente vistos como “deficientes” (conforme relatado anteriormente) e, portanto, como pessoas estigmatizadas pela anormalidade: expressam-se em uma língua que não é reconhecida como língua (a língua de sinais) e em um português (escrito e oral) que não atinge as expectativas impostas e desejadas por uma maioria ouvinte. (grifos da autora)

É claro que estas línguas, a portuguesa e a de sinais, possuem estrutura e referências muito díspares, mas se completam no sentido de que são línguas em contato, exercendo, uma, maior influência sobre a outra, obviamente, não deixando de serem línguas pensadas a partir de um contexto cultural, político e educacional equivalente, e o contato com estas línguas dá ao sujeito a possibilidade de transitar em mundos

---

<sup>6</sup> Audrei Gesser. Um olho no professor surdo e outro na caneta: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais. Tese de doutorado, Campinas: Unicamp. 2006.

paralelos, mas importantes na construção da sua subjetividade e da sua visão de mundo. Segundo Rajagopalan (2003: 69)

... as línguas são a própria expressão das identidades de quem delas se apropria. Logo quem transita entre diversos idiomas está redefinindo sua própria identidade. Dito de outra forma, quem aprende uma língua nova está se redefinindo como uma nova pessoa.

Na condição de bilíngüe, a aproximação com outras culturas permite o acesso a novos conhecimentos, e principalmente a redefinição como sujeito. RAJAGOPALAN (2003: 25) ainda auxilia neste sentido quando diz que:

Os nossos conceitos básicos relativos à linguagem foram em grande parte herdados do século XIX, quando imperava o lema “Uma nação, uma língua, uma cultura”. Previsivelmente eles estão se mostrando cada vez mais incapazes de corresponder à realidade vivida neste novo milênio, realidade marcada de forma acentuada por novos fenômenos e tendências irreversíveis como a globalização e a interação entre culturas, com conseqüências diretas sobre a vida e o comportamento cotidiano dos povos, inclusive no que diz respeito a hábitos e costumes lingüísticos.

Os efeitos decorrentes do encontro das línguas, que produzem, dentre tantos outros, novos modos de os sujeitos representarem-se, nomearem-se e definirem-se, como muito bem aponta Rajagopalan, está acompanhado daquilo que Suely Rolnik (1989) aponta como “um processo galopante de desterritorialização” (p. 92), que é a rapidez com que é possível, hoje, abrir mão de certos padrões de interação e comportamento. A desterritorialização aparece quando renunciando a esses padrões, individualmente, desfrutamos dessa “rápida desaderência” (Rolnik, 1989, p.92). Pensar essa desaderência quando do encontro das línguas é uma possibilidade de intensificar esse processo de desterritorialização, já que os padrões culturais de comportamento, linguagem e interação podem colidir com os padrões culturais que estão envolvidos na outra língua. Assim é fácil perceber

que o universo em que estão envolvidas as línguas é bastante rico para pensar a desterritorialização e reterritorialização dos sujeitos.

Ainda remetendo ao que RAJAGOPALAN aponta como o lema do século XIX: “Uma nação, uma língua, uma cultura”, a oficialização da língua de sinais não acontece inesperadamente, mas é fruto de reivindicações e movimentos da própria comunidade sinalizante que há muito já percebia os problemas relacionados ao status dado à língua de sinais e as tensões produzidas por esse não reconhecimento. Os intérpretes de língua de sinais têm participação ativa na articulação desta proposta e se engajam no movimento em torno da oficialização da língua de sinais. Eles são capazes de oportunizar a abertura de campos de conhecimento e experimentação entre surdos e ouvintes, a partir de uma perspectiva bicultural e bilíngüe. E é do encontro destas línguas que a figura do intérprete surge como necessária para estreitar o espaço entre as comunidades e desestabilizar os conflitos que decorrem desse estreitamento.

O território ocupado pelo intérprete de Libras é justamente aquele marcado pelo conflito, mas, conforme veremos adiante é sempre passível de desterritorialização.

Como intérprete de língua de sinais ao longo dos anos, deparei-me inúmeras vezes, com questões da comunidade surda, como a preocupação em apresentar suas crianças o mais cedo possível à língua de sinais, com o crescente empréstimo lingüístico que as línguas de sinais de países em desenvolvimento vêm experimentando com a abertura de campos de estudo, com o crescente número de pessoas surdas acessando espaços antes inacessíveis e a partir daí o crescente número de intérpretes de língua de sinais e pessoas interessadas em atuar na área da interpretação. Com isso, a figura do ouvinte-intérprete surge como a possibilidade de discutir a relação de oposição através da representação dos intérpretes nas comunidades surdas e ouvintes e da presença desses ouvintes na própria língua de sinais. São esses embates que levo comigo para as traduções e que me trouxeram até a presente pesquisa.

Assim, a seguir, a justificativa deste trabalho (item 1.3) apresentará as questões que orientaram o aparecimento desta questão e os objetivos da pesquisa.

O capítulo intitulado Metodologia (capítulo 2), apresenta as estratégias utilizadas para alcançar os objetivos.

Após a apresentação da metodologia, no capítulo 3, intitulado *A presença ouvinte na história da educação de surdos no Brasil* será apresentada uma breve história da educação de surdos, apontando a

presença ouvinte nesta comunidade, fato que nos remete a uma presença contínua, já que os intérpretes de língua de sinais são ouvintes e constituem essa comunidade.

Em seguida, o capítulo 4 intitulado *Artefatos Constituintes da Cultura Surda: o intérprete de Língua de Sinais* apresenta a importância do intérprete de língua de sinais para a comunidade surda e algumas questões que tem impulsionado uma visão de estranhamento, de oposição em relação ao profissional intérprete.

Adiante, o capítulo 5 intitulado *Agenciamentos e desterritorialização como artefatos no campo dos Estudos Culturais e no campo dos Estudos Surdos*, apresenta os conceitos de agenciamento e desterritorialização, segundo Gilles Deleuze e Félix Guattari, como estratégias para a desconstrução da oposição surdo/ouvinte. Mas nesse capítulo, é possível perceber que a dimensão educacional é pequena diante da produção de discursos e estratégias que circulam em torno das pessoas surdas.

No sexto capítulo intitulado *Análise dos Dados*, retomo as inserções da revista da Feneis, e os conceitos tratados neste trabalho na intenção de analisar perspectivas para o rompimento da relação entre surdos e ouvintes.

E por fim apresento as conclusões deste trabalho e as perspectivas para uma relação, não mais de oposição, mas de aliança entre pessoas surdas e ouvintes.

No caminho dos capítulos desta pesquisa, os recortes da Revista são realçados dentro de caixas que os identificarão.

A opção em apresentar os recortes da revista da Feneis logo no início do trabalho se dá por entender que a revista pode participar na demonstração dos discursos que circulam na comunidade surda e ouvinte, além de mostrar como se constituíram e como se transformaram os discursos acerca desta comunidade. As reportagens da revista servirão para apresentar concretamente aquilo que Foucault (2006) aponta como o “estudo das condições de possibilidades”. A escolha por concentrar o olhar sobre a educação é por entender que é justamente neste espaço que a dicotomia surdo/ouvinte ganha força, e que as “condições de possibilidades” tomam fôlego, como veremos adiante.

\*\*\*

### 1.3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Esta dissertação depara-se desde o seu princípio com a seguinte pergunta: Como romper com a oposição entre surdos e ouvintes, a partir da figura do intérprete de língua de sinais?

Através da pesquisa bibliográfica foi possível encontrar dois conceitos que, de certa forma, dão conta de responder a essa pergunta. O território ocupado pelo intérprete de língua de sinais, que é, como consta no capítulo anterior, geralmente ouvinte, pode ser rompido, desfeito, dissolvido, utilizando-se os conceitos de *territorialização* e *desterritorialização*, propostos por Gilles Deleuze e Felix Guattari.

Mas como?

Como instrumento problematizador para romper com a oposição surdo/ouvinte esses conceitos auxiliam a questionar os discursos que circulam em torno da posição que o intérprete tem ocupado na comunidade sinalizante.

Para Deleuze e Guattari, o território não é um lugar fixo, tampouco se refere ao regime identitário, pois, segundo Rolnik (1997: 6)

Isto as coloca em estado de falta permanente e promove uma verdadeira toxicomania de identidade, sustentada e produzida por um variadíssimo mercado de drogas. Romper com tal regime identitário seria uma condição essencial para que possa afirmar-se o imenso potencial de criação na existência individual e coletiva, de que é portadora a atualidade.

Romper então com um regime identitário é a possibilidade de instaurar um vetor de saída no território, esse vetor, por sua vez, é sempre acompanhado de uma força para se reterritorializar. Portanto, para marcar o território dos intérpretes de Libras na comunidade surda e afirmar sua potência nessa comunidade é preciso livrar-se das identidades e fixas, demarcadas e predeterminadas.

O intérprete realiza um trânsito entre duas culturas, uma hegemônica e outra notadamente compreendida como subalterna, e a ética da tradução pode significar mudanças culturais nas comunidades envolvidas, mas durante muitos anos serviu de solidificação dos valores de uma cultura dominante. Conforme Venutti (2002), sobre a ética e as diferenças culturais, o foco da tradução está na intenção e efeito que elas produzem.

Para uma ética na tradução baseada em tais diferenças, a questão-chave não é simplesmente a

estratégia discursiva (fluyente ou resistente), mas sempre sua intenção e seu efeito – i.e., se a tradução tem como objetivo promover a inovação e mudança cultural. (p.353)

Portanto são estes profissionais e o trabalho que desenvolvem que pode abrir espaço para a problematização das questões surdas e ouvintes, promovendo uma mudança ou manutenção de uma identidade cultural.

O envolvimento dos ouvintes-intérpretes com a comunidade surda produz efeitos também nos próprios intérpretes, já que promovendo uma mudança cultural também são atingidos por essa aproximação com a comunidade surda. Santos (2006: 30) diz que

No entanto, o fato dos ILS transitarem entre duas línguas, traz conseqüências além das habilidades visuais e auditivas, isto é, outras questões entram em cena, tais como o hibridismo cultural, uma vez que esses profissionais se deslocam entre fronteiras culturais (de surdos e ouvintes) e se constituem politicamente nesses espaços sociais e culturais que desencadeiam relações amplamente complexas. Relações essas de contestação cultural, de pertencimento ao grupo de surdos são algumas das exigências quando nos posicionamos nas fronteiras entre a LS e o português.

A partir dessa contextualização a pergunta que surge é: Que efeitos a noção de desterritorialização, aplicada ao ouvinte-intérprete de língua de sinais, produz no rompimento da oposição surdo/ouvinte?

A escolha em olhar para o intérprete se dá porque, além da trajetória pessoal como intérprete, pretende-se olhar para o intérprete ouvinte que está intensamente ligado à comunidade surda. E, portanto, dentre a infinidade de ouvintes atrelados a essa comunidade, familiares, professores, amigos, colegas de trabalho etc., os intérpretes são aqueles que se reúnem num grupo que pode mais facilmente ser demarcado.

Pensar o território do ILS e problematizá-lo a fim de interromper um processo de dicotomia entre as comunidades surdas e ouvintes, já que ele, o intérprete de libras está na linha fronteira dessas comunidades, requer a escolha de um caminho teórico que dê conta da interrupção das forças que são aplicadas nessa dicotomia.

Nesse sentido, o campo teórico dos Estudos Culturais<sup>7</sup> aparece na pesquisa como um recorte teórico bastante importante para problematizar a história das comunidades surdas dentro das comunidades ouvintes e os processos culturais que derivam desse encontro, assim como aponta Thoma (2002:43), *“os Estudos Culturais estão envolvidos tanto com uma discussão teórica quanto política e a cultura é tanto o objeto de estudo e o foco no qual se dão as análises, quanto o terreno de intervenção política”*.

Para pensar esse espaço surdo, foi preciso ainda debruçar-me sobre os Estudos Surdos que narram a história dos movimentos da comunidade surda e caracterizam o campo desta pesquisa a partir das próprias produções surdas. Os Estudos Surdos então, nesta pesquisa, possuem, além da dimensão teórica, o lugar do “narrar-se surdo”, podendo ser encarado como a entrada no mundo surdo para a coleta de olhares, discursos, experiências e acontecimentos. Essa entrada no mundo surdo através das produções surdas, como dissertações, teses e livros serviram para problematizar e entender como a comunidade surda encara o encontro surdo-ouvinte.

Neste trabalho, o termo problematização é entendido como, segundo o teórico Michel Foucault (2004: 242)<sup>8</sup>,

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política, etc.).

Com a nitidez, muitas vezes não tão nítida, de quais são os discursos acerca da/na comunidade surda a respeito do encontro surdo-

---

<sup>7</sup> Representados na pesquisa pelos estudos de Silva (2004), Hall (1997), Woodward (2004), Costa (2003, 2005) e Bhabha (2003)

<sup>8</sup> Além da noção de problematização, a pesquisa compartilha com Michel Foucault um modo de escolher um objeto de pesquisa e problematizá-lo. Em suas pesquisas o que Foucault faz é transitar em contornos, explorar as paisagens e percorrer as bordas e a partir dessa problematização eleger um objeto de estudo, de pesquisa. Essa estratégia se difere muito da prática de historiadores de nomear um objeto de pesquisa e a partir daí apresentar questões, contornos e conclusões.

ouvinte, a questão do encontro entre comunidades surge como instigante para pensar o lugar do intérprete e, por isso, o contexto dos Estudos da Tradução auxilia nesta problematização. A partir daí, o intérprete de Libras ganha um contorno bastante interessante.

Os objetivos aparecem a partir das questões que compõem esta justificativa e as estratégias para alcançar esses objetivos são apresentadas na metodologia.

O objetivo geral é romper a relação de oposição entre surdos e ouvintes que surge a partir da presença do intérprete de libras na comunidade surda, utilizando o conceito de desterritorialização. Quanto aos objetivos específicos, a presente pesquisa visa problematizar a relação surdo/ouvinte, apresentar a importância da presença ouvinte na comunidade surda, problematizar a noção de (des)(re)territorialização na comunidade surda e apresentar perspectivas para desfazer o limite dos territórios surdo e ouvinte.

\*

## 2. METODOLOGIA

Uma vez que se tenha encontrado a si mesmo, é preciso saber, de tempo em tempo, perder-se - e depois reencontrar-se: pressuposto que seja um pensador.  
- Friedrich Nietzsche  
Humano, demasiado humano

Para investigar essa presença ouvinte na comunidade surda optou-se em explorar a Revista da Feneis, uma revista que surgiu, segundo o próprio site da revista, “como veículo de apoio às lutas do surdo no Brasil”<sup>9</sup> pensada e elaborada pela própria comunidade sinalizante com a intenção de divulgar pesquisas, estudos, avanços e perspectivas acerca dessa comunidade. A proposta desta revista é de ser “a voz do surdo”, “servindo de instrumento de conexão com a sociedade, ajudando na missão de conscientizar e educar a respeito da realidade surda brasileira.”<sup>10</sup> A revista hoje, é referência tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade em geral, servindo como fonte de pesquisa e consulta para educadores, estudantes surdos, ouvintes, familiares e pessoas envolvidas ou curiosas acerca das questões surdas.

A mídia, atualmente, ocupa um lugar importante na formação dos indivíduos, induzindo comportamentos, determinando modos de inserção na sociedade, produzindo e construindo sentidos e não apenas informando ou relatando fatos, etc. Os meios de comunicação de massa são uma estratégia eficiente de transmissão de informações, difusão de ideologias e podem servir para alterar a relação de determinados grupos com a sociedade. Encontramos aí jornais, revistas, TV, rádio, internet, entre outros.

As revistas são, em geral, segmentadas, destinadas a grupos definidos de pessoas, ainda que suas reportagens possam tratar de assuntos variados. As revistas possuem, portanto, um alcance imediato.

Conforme Scalzo (2006, p. 44-45) as revistas

(...) podem ser chamadas de ‘supermercados culturais’. Elas refletem a cultura dos lugares, o estilo de vida, e, numa sociedade consumista

---

<sup>9</sup> Segundo a própria Revista da Feneis em: <http://www.feneis.com.br/page/revistafeneis.asp>.

<sup>10</sup> Ibidem.

como a em que vivemos, não é de se estranhar que, apesar da crise econômica, as revistas que incentivam a febre pelas compras estejam em alta e representem uma tendência significativa do mercado editorial.

As revistas, com suas publicações semanais, quinzenais ou mensais têm mais tempo para elaborar reportagens, atualizando dados ou acrescentando informações, fazendo com que mais pessoas tornem-se fiéis consumidores culturais. Segundo Scalzo (2006)

(...) texto de revista é diferente, sim, do texto de jornal, de Internet, de televisão, de livro e de rádio. Principalmente, o texto de uma boa revista. Além de conter informações de qualidade, exclusivas e bem apuradas, o texto de revista precisa de um tempero a mais. Diferente do leitor de jornal, o de revistas espera, além de receber a informação, recebê-la de forma prazerosa. Ele quer a informação correta, simples e clara – seja o exercício para o abdômen, a receita de bolo, a nota política, o roteiro de viagem –, mas quer também um texto que não seja seco, como um aperto de mão. Resumindo: costume dizer que, em revista, bom texto é o que deixa o leitor feliz, além de suprir suas necessidades de informação, cultura e entretenimento. (p. 75-76)

A Revista da Feneis está neste contexto e desenvolve um trabalho bastante importante na comunidade sinalizante, pois consegue “abrir espaço para uma divulgação séria de todos os trabalhos realizados em benefício desta segmentação, possibilitando assim novas conquistas”<sup>11</sup>, como supõe no seu primeiro número no ano de 1993. Nesta época, a revista caracterizava-se como jornal e já no seu primeiro número divulgava encontros, palestras, oportunidades de trabalho, debates, avanços e questões importantes para a comunidade surda. Além disso, esse primeiro número também conta com uma reportagem especial sobre a criação do Departamento de Intérpretes vinculado à estrutura geral da Feneis “A função do Intérprete é fundamental para a

---

<sup>11</sup> Revista da Feneis – Ano I – Nº 1 – Dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.feneis.org.br/arquivos/JORNAL%20DA%20FENEIS.pdf>

comunicação dos surdos. Além disso, através desse trabalho há uma divulgação natural da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o seu reconhecimento como língua própria da comunidade surda.”<sup>12</sup>

Outras publicações se propõem como canal de divulgação da comunidade sinalizante, como as revistas Espaço e Arqueiro, ambas do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos).

Os dois periódicos cumprem funções importantes, assim como a Revista da Feneis, pois servem de registro público do conhecimento na área da educação inclusiva e educação de surdos, já que qualquer pessoa pode submeter seus trabalhos à publicação, cumprem ainda uma função social importante de reconhecer tanto autores, quanto leitores e, por fim, mas não menos importante, cumpre a função de disseminação da informação.

A Revista da Feneis distingui-se em relação aos dois periódicos citados, pois, além de não ser apenas um periódico técnico-científico, assim como a Revista Espaço e a Arqueiro, representa os movimentos surdos com maior nitidez, já que utiliza seu espaço para, além de apresentar as produções científicas na área da educação de surdos, promover a integração e impulsionar os movimentos surdos.

É claro que, sendo uma revista da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, ela possui maior alcance na comunidade surda. Assim, é possível perceber ao longo de suas publicações os movimentos sociais em torno do reconhecimento da Libras, do Intérprete, da educação de surdos, entre outras questões.

Foram escolhidas quatro edições que marcam um curto período de tempo, mas de grandes conquistas da comunidade surda, e que a Revista da Feneis retrata com muita veemência.

No final de 2005 acontece a regulamentação da Libras através do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que obriga a partir de 2007 todos os cursos de licenciatura em pedagogia e fonoaudiologia a incluírem em seus currículos a disciplina de Libras. A partir desse Decreto o curso de Letras-Libras se torna realidade e oportuniza a milhares de vestibulandos surdos provas em língua de sinais, fato inédito até então no Brasil. Ainda em 2007, a Feneis completa 20 anos de luta em prol da comunidade sinalizante.

Como a revista possui exemplares disponíveis ao grande público em seu site, este também acabou sendo um critério delimitador destas escolhas, pois é justamente pelo fato de atender e de se comunicar com

---

<sup>12</sup> Ibidem.

outras pessoas, que não sejam apenas os surdos, é que foram escolhidas quatro dessas edições que estão publicadas no site da Feneis.

São elas:

ANO VI • Nº 27 • janeiro a março de 2006.

ANO VI • Nº 29 • julho a setembro de 2006.

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007.

ANO VII • Nº 34 • outubro a dezembro de 2007.

A primeira revista (nº27) apresenta o momento histórico de maior representatividade da aspiração da comunidade sinalizante: o reconhecimento da Libras. Nessa revista, dentre outras reportagens, a que ganha destaque nesta pesquisa, é “A caminhada até a regulamentação”. Esse artigo apresenta uma detalhada descrição dos caminhos percorridos pela comunidade sinalizante até o reconhecimento da Libras. Esse artigo cumpre um papel metodológico importante nesta pesquisa, pois irá apresentar discursos que se consolidaram nas diversas leis aprovadas em municípios e estados do território brasileiro. Além disso, essa reportagem apresenta os embates da própria comunidade surda em torno do aparecimento dessa legislação, que nem sempre contempla os pedidos da comunidade sinalizante.

Além disso, essa revista apresenta ao longo de suas páginas os avanços e as conquistas da comunidade surda com a regulamentação da Libras a partir da Lei 10.436/2002 que oficializou a Libras. Em tão pouco tempo, de 2002 até 2006, o reconhecimento da Libras impulsionou diversas ações afirmativas em torno da comunidade surda e que são alvo das reportagens dessa revista.

A revista número 29 apresenta a Libras no vestibular, fato inédito até então no Brasil. Com a criação do Curso de Letras-Libras à distância e o vestibular para esse curso em Libras, um reflexo da regulamentação da Lei de Libras, a comunidade surda vislumbra a formação de professores surdos para o oferecimento da Língua Brasileira de Sinais como disciplina tanto para surdos como para ouvintes. Ainda nessa revista, também como consequência da regulamentação da Lei de Libras, o Prolibras - Exame Nacional de Proficiência em Libras – que certifica professores e tradutores/intérpretes de Libras, foi selecionado para representar os discursos em torno da comunidade sinalizante. Portanto, nessa revista, além dos pequenos comentários que aparecem em forma de notícia ou depoimento de pessoas, dois textos foram selecionados como fundamentais: o primeiro sobre o uso da Libras no vestibular, e o segundo sobre o exame Prolibras.

Na terceira revista, sob o número 32, em comemoração aos 20 anos de empenho da Feneis em prol da comunidade sinalizante, é apresentada sob forma de pequenas reportagens, a história da Feneis e, também, de suas ações neste tempo. Nesta revista, foram selecionadas duas reportagens principais: uma intitulada “A auto-estima do intérprete de Língua de Sinais no ato interpretativo” e a outra “Vinte anos de lutas e conquistas. Feneis segue firme em defesa dos direitos da comunidade surda.” Essa última apresenta o modo como a comunidade surda tem se articulado em torno da Feneis para reivindicar seus anseios. A primeira vai tratar justamente do oposto, pois retrata o trabalho do intérprete, que parece ser solitário. Duas reportagens que, juntas, retratam os cenários da territorialização e da invenção possível quando compartilhamos culturas.

Na quarta revista (nº 34), a reportagem escolhida é: “Existir para existir!”. Essa reportagem apresenta orientações e estratégias para surdos tornarem-se líderes. Estes ‘passos’ mostram como negociar para alcançar determinados objetivos. A última frase dessa reportagem chama atenção e por isso foi escolhida para fazer parte das reportagens utilizadas na pesquisa. A frase é: “*Se nós, os surdos-mudos, temos o nosso modo de ser e podemos fazer como os não-surdos-mudos fazem, por que não começamos a fazer? Por que não? Mãos à obra!!!!*” de autoria de Ana Regina e Souza Campello.

Além disso, todas as revistas apresentam logo nas suas primeiras páginas uma nota introdutória que é redigida pela diretoria da instituição (Feneis) e, portanto, todas elas farão parte dos dados da pesquisa.

Para facilitar o acesso a estes recortes, tanto os artigos quanto as notas introdutórias aparecem no decorrer do texto grifados em itálico, dentro de caixas de texto, com a indicação do respectivo número da revista e página.

Como todas as reportagens estão disponibilizadas com os respectivos nomes dos autores ao grande público, ainda que estejam inclusos nas caixas de textos os nomes dos autores dos textos, não há a indicação de autores surdos ou ouvintes, ainda que todos sejam bastante conhecidos pela comunidade sinalizante. Já que a intenção é de se desfazer de quaisquer contextos que possam impulsionar ainda mais as dicotomias, a não identificação dos autores como surdos ou ouvintes, mostra, de certa forma, que tanto surdos como ouvintes estão sob efeito dos mesmos agenciamentos, como veremos adiante.

A escolha em apresentar os recortes da Revista da Feneis no terceiro capítulo intitulado *A presença ouvinte na história da educação de surdos no Brasil* é por entender que, além de servir como dados de

pesquisa, esses recortes são também a evidência de fatos históricos, relatos interessantes, subjetividades, categorias, entre outros.

Assim a Revista da Feneis ganha força também como referência teórica, uma mostra de que ela contribui para a circulação de teorias, pesquisas e experiências.

Para facilitar ainda o entrelaçamento entre a teoria e o corpus da pesquisa, a pesquisa se utiliza de três categorias para conseguir cumprir com os objetivos propostos. As categorias estão acompanhadas de perguntas problematizadoras, que nortearam a sua discussão.

\*\*\*

## 2.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE

### Categoria 1: Identidades

Pergunta problematizadora: O que são os intérpretes de línguas de sinais para a comunidade surda e para os próprios intérpretes?

### Categoria 2: Acontecimento

Pergunta problematizadora: É possível não ter uma identidade?

### Categoria 3: Desterritorialização

Pergunta problematizadora: O que acontece quando desfaço os limites do meu território?

### Categoria 4: Outras questões

As categorias 1, 2, 3 e 4 foram aparecendo na medida em que os recortes iam tomando forma junto ao texto. Para selecionar os recortes, então, foram sendo seguidos, ainda que intuitivamente, os passos que tratavam justamente das primeiras três categorias. A quarta categoria, no entanto, foi aquela em que os recortes selecionados não se encaixavam nas outras três categorias, mas eram recortes que apresentavam situações, exemplificações ou mesmo temáticas interessantes e que mereciam espaço na escrita deste trabalho. Esses recortes então serviram de dados para apresentar fatos, movimentos e temáticas da própria comunidade surda.

Para finalmente nomear as categorias, foi preciso apenas olhar para todos os recortes selecionados e identificar o que procurava com eles. Todas as seleções, no entanto, estão sempre ligadas ao que a pesquisa se propõe como objetivo geral que é desfazer a relação de

oposição entre surdos e ouvintes que surge a partir da presença do intérprete de libras na comunidade surda, utilizando o conceito de desterritorialização.

\*

### 3. A PRESENÇA OUVINTE NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

*A genealogia [...] deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo.*

*- Michel Foucault*

*Nietzsche, a genealogia e a história.*

#### 3.1 MARCADORES<sup>13</sup> DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL: A PRESENÇA OUVINTE<sup>14</sup>

No Brasil, a língua de sinais brasileira (Libras), foi oficializada na lei federal 10.436 de 24/04/2002 e regulamentada pelo Decreto 5626/05. Com esse decreto temos o reconhecimento de uma comunidade há muito excluída dos processos educacionais e sociais. Esse decreto vem para regulamentar a língua de sinais utilizada por 5.750.000 surdos, segundo dados do IBGE de 2003, depois de muitos séculos de apagamento e desrespeito à comunidade surda.

A educação de surdos no Brasil tem sido acompanhada pela preocupação no que diz respeito aos processos de reconhecimento da língua de sinais, evidenciados na Revista da Feneis

*Agora sim, há razões palpáveis, pelo menos no campo das legislações, para que a questão da inclusão ganhe um novo discurso. Na verdade, que assuma um discurso mais voltado para a realidade do surdo: o de que não há inclusão educacional para o surdo sem o reconhecimento e a prática da Língua Brasileira de Sinais em salas de aula.*

*– Antonio Mario Sousa Duarte –*

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006, p.3

<sup>13</sup> O termo “marcadores” está baseado nas discussões propostas por Lopes e Veiga-Neto (2006).

<sup>14</sup> Este capítulo se baseia em leituras de produções surdas, entre elas: “As imagens do outro sobre a cultura surda” e “Surdos: vestígio culturais não registrados na história” (tese de doutorado), ambos de Karin Strobel, “Aspectos da visualidade na educação de surdos”, de Ana Regina e Souza Campello (tese de doutorado), “Professor Surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica”, de Flaviane Reis (dissertação de mestrado) e “História do povo surdo em Porto Alegre”, de Gisele Rangel (dissertação de mestrado).

*Todos os problemas começam quando a criança surda se prepara para ingressar nas escolas. Precisamos em todos os níveis de educação ter professores capacitados para o relacionamento com os surdos.*

*- Antonio Mario Sousa Duarte –*

ANO VI • Nº 29 • Julho a Setembro de 2006, p.3

A Revista, neste recorte, retrata a preocupação da Federação com a educação das pessoas surdas no Brasil e reconhece subjetivamente a potência política desse tipo de divulgação, principalmente porque a Feneis impulsiona e é muito importante para este tipo de ação. Veja a seguir um recorte sobre a força das ações da Feneis em prol da comunidade surda.

*Fazíamos divulgação, através de palestras por todo o Brasil, para que os próprios surdos tomassem conhecimento e mais consciência da Libras. Hoje em dia os surdos estão com outra mentalidade, estão abertos para novos desafios, mudança em geral; o contato com os surdos e ouvintes também melhorou bastante. Os surdos estão sendo valorizados, estão mais independentes.*

*- Fernando de Miranda Valverde –*

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007, p.17

E esta preocupação se estende à figura do intérprete, que também possui um papel importantíssimo no reconhecimento e difusão dessa língua, a Feneis está atenta à essa questão:

*O intérprete fica presente o tempo todo dentro da sala onde acontece a prova do vestibular. No entanto, apenas traduz os enunciados da prova. A norma é que os intérpretes façam apenas isso. Fiquei sabendo que todas as outras Universidades aqui do Paraná oferecem esse tipo de atendimento para o surdo durante o vestibular.*

*Enquanto isso, nós, surdos, que não temos domínio e conhecimento da Língua Portuguesa, e, sim, da Libras, temos negado nosso direito, garantido pela Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, Artigo 8º, Capítulo II. As instituições de ensino de Educação básica e superior, públicas e privadas, deverão garantir às pessoas surdas, acesso à comunicação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos, em todos os níveis, etapas e modalidades de Educação.*

ANO VI • Nº 29 • Julho a Setembro de 2006, p.6

Ao longo da história da comunidade surda, os intérpretes estão presentes no cotidiano das pessoas surdas, seja em contextos familiares, religiosos, educacionais, sociais, etc. e muitos intérpretes delegam ao seu próprio trabalho, como sendo adequado e necessário para o desenvolvimento das capacidades surdas. Muitos desses profissionais estavam alocados em instituições religiosas e esse exemplo de comportamento acarretou num certo afastamento das pessoas surdas desse contexto, pois os movimentos surdos sempre reconheceram e investiram nos profissionais intérpretes. Esse investimento, todavia, está pautado num modelo de profissional que intensifica a autonomia surda e por consequência a autonomia do próprio intérprete, como aponta Santos (2006: 96)

Para os intérpretes, a possibilidade de organizar propostas dentro da FENEIS, em parceria com os surdos, se constitui em estratégia para a formação desses profissionais, que estão experimentando esse movimento de profissionalização e não o de exercer o objetivo do discurso colonial. Embora sejam ouvintes, a intenção é de “somar forças” para que a qualificação aconteça, também com a presença dos ILS organizando essas propostas.

O exemplo de intérpretes que investe, ao contrário, na intensificação da sua própria presença está pautado numa perspectiva bastante perigosa, pois assume a pessoa surda a partir de uma perspectiva assistencialista.

A partir desta perspectiva, a língua de sinais é vista como um código incapaz de exprimir a maioria dos conceitos, incapaz de expressar uma variedade infinita de mensagens e envolve assim o sujeito num sistema de dependência e invisibilidade, os intérpretes passam a ter papel fundamental no engessamento desta visão, pois são eles *tutores* capazes de compreender e falar por estes sujeitos. Na época, que remonta o século XVIII, os surdos são envolvidos num movimento de medicalização da surdez e, em oposição a ele, um movimento gestualista começa a aparecer. Conforme Silva (2006: 33)

Os ideais da medicina fundamentada no paradigma homem-máquina gera, nos familiares e na maioria dos profissionais ouvintes que trabalham na educação de surdos, a expectativa de solucionar rapidamente as questões de surdez, ou seja, transformar o surdo em ouvinte pela cura de seu déficit biológico.

Os surdos, nesse momento, vistos como deficientes, estão lançados às duas perspectivas que até hoje se colocam em oposição. Nessa época são desenvolvidos aparelhos auditivos e métodos de treinamento da fala, que acabam por fazer parte do sistema educacional vigente. Esses “mecanismos de correção” para esse suposto déficit biológico se fundamentam na perspectiva oralista, que se propõe a uma correção no ouvido como única possibilidade de integração dos surdos à sociedade. Esse fato deixa de fora da educação, e mesmo da sociedade, a imensa maioria surda, que se reúne clandestinamente para utilizar a língua de sinais e referenciar suas experiências num modo de ver e apreender o mundo a partir de uma perspectiva surda, como muito bem aponta Strobel (2008) no diálogo que estabelece com os leitores em seu livro intitulado *As imagens do outro sobre a cultura surda*. A proposta oralista impõe modelos de comportamentos ouvintes, no sentido de apagar qualquer comportamento que denote um comportamento surdo. Os surdos estão sujeitos às escolhas de seus *tutores*, sejam eles intérpretes, professores, familiares, fonoaudiólogos ou profissionais envolvidos na cura desta “doença” chamada surdez. Essa verdade sobre

os surdos é produzida, então, sob uma ótica corretiva, um saber tomado como verdade e aplicado aos surdos, apoiando-se nas instituições da época. Segundo Foucault (2006: 17)

... essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído.

Para então dizer quem é o surdo, como é a linguagem que ele utiliza e o que fazer para corrigir aquilo que se intitula “desvio” é preciso que as instituições, seja a pedagogia ou a medicina, apliquem esses saberes e produzam assim uma verdade sobre as pessoas surdas. Os diagnósticos<sup>15</sup> então servem para qualificar e quantificar o território surdo com base nos sintomas presentes nas pessoas surdas, o universo em que estão envolvidas, medindo o grau de importância da língua de sinais e da língua portuguesa na vida dessas pessoas, o grau de importância de determinadas práticas, sejam médicas ou pedagógicas, incluindo a ratificação das práticas aplicadas a esses sujeitos. E ainda, o modo como esse saber foi atribuído faz com que as expressões surdas fossem tomadas como nulas, pois não possuíam a cientificidade necessária para se sobrepor àquilo que era diagnosticado pelas instituições da época.

De outro lado, apresenta-se a perspectiva gestualista que, mais tolerantes, com os “problemas de fala” dos surdos, reconhece estes sujeitos como diferentes, enfatizando seu modo de se comunicar.

Uma das primeiras pessoas a estudar a língua de sinais, com foco nas características lingüísticas e utilizando-se de experiências francesas, dentro da perspectiva gestualista, foi abade Charles M. de L’Epée (1712-1789). O abade observou grupos de surdos e desenvolveu um

---

<sup>15</sup> Segundo o dicionário Michaelis, diagnóstico é: Adj (*gr diagnostikós*) Relativo à diagnose. *sm Med* Qualificação dada por um médico a uma enfermidade ou estado fisiológico, com base nos sinais que observa.

método educacional, com base na estrutura da língua francesa e na linguagem utilizada pelos surdos, tornando esta linguagem o mais próxima possível à estrutura do francês.

Segundo Strobel (2008: 86)

...na França o abade Charles Michel de L'Épée (1712-1789) conheceu duas irmãs gêmeas surdas, que se comunicavam em língua de sinais, a partir daí iniciou e manteve contato com os sujeitos surdos necessitados e humildes que vagavam pela cidade de Paris, procurando aprender a língua de sinais e começando a pesquisar a fundo sobre esta língua. Criou uma metodologia de ensino aos surdos com as combinações de língua de sinais e gramática francesa - este método foi apelidado de 'Sinais metódicos'.

A proposta defendida por ele indicava que os professores deveriam aprender estes sinais para assim, ensinarem a língua falada para surdos, apesar de indicar que a língua de sinais era a língua natural dos surdos e, na época, ser criticado por muitos estudiosos. Ainda hoje, podem-se perceber reflexos dessas perspectivas na educação de surdos, como apresentado no trecho a seguir, sobre o trabalho de uma escola de surdos.

*...três pontos fundamentais do trabalho realizado no Centro para a Educação de Crianças Surdas: a oralização, a comunicação total e o bilingüismo. "A oralização foi o trabalho que minha mãe fez comigo. Usamos o método verbotonal. Já a comunicação total usa todo e qualquer meio que pode ser usado para se comunicar; e o bilingüismo é o estudo de Libras, que, para os surdos, é a língua materna, e o Português, que é a nossa segunda língua", explica.*  
- Luciana Ruiz –

ANO VI N° 27 Janeiro a Março de 2006 p.9

Na Alemanha, Heinicke (1727-1790), que possui adeptos até hoje, cria o método alemão, cuja metodologia é baseada na oralidade e onde o pensamento se torna possível através da língua oral. O embate entre estudiosos revela uma preocupação com as pessoas surdas da época, mas isso não significa pensar que os surdos foram chamados a

participar. As práticas educacionais com surdos foram divulgadas o suficiente para, em 1878, em Paris, realizar-se o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos. Neste congresso, as duas perspectivas apresentadas acima discutem o que viria, anos mais tarde, com o Congresso de Milão, oficializar-se como prática mundial em educação de surdos. Nesse congresso, realizado em 1878, tolerantes com as possibilidades de educação de pessoas surdas, pesquisadores, apesar de concordarem que a *linguagem* de sinais seria importante para a comunicação de surdos, apostaram no ensino da oralidade como modo de civilidade destes sujeitos. Os surdos, nesse mesmo congresso, ainda ganham o direito de assinar documentos, fato que permite que eles comecem a vislumbrar alguns direitos, apesar de continuarem marginalizados.

Apenas dois anos mais tarde, em 1880, com o II Congresso, em Milão, oficializa-se o método alemão de ensino. Esse congresso é marco histórico na educação de surdos, pois a Alemanha ganha força no que diz respeito à perspectiva educacional para o ensino de surdos, acreditando-se que os sinais utilizados pelas pessoas surdas desviassem a atenção que elas deveriam dispensar à língua oral. As decisões do congresso foram disseminadas por todo o mundo, especialmente na Europa e América Latina. Destaca-se o fato de apenas um professor de surdos, um americano chamado Gallaudet, que desenvolvia trabalhos baseados nos sinais do abade L'Epée, opor-se às decisões e justificativas apresentadas no congresso. Uma imensa maioria de profissionais que trabalha com surdos vota pela proibição do uso da língua de sinais.

Após o congresso, a educação se volta aos surdos numa perspectiva oralista. E essa perspectiva dura quase um século sem opositores que possam abrir a discussão para um novo rumo. O fato de existirem muitos surdos, a maioria deles, que não desenvolveram uma fala satisfatória em relação aos padrões de fala de pessoas ouvintes, bem como sérios "problemas"<sup>16</sup> de aprendizagem, leitura, escrita e mesmo convivência social, não foi suficiente para se repensar a metodologia de ensino para esses sujeitos. Em diferentes países, em diferentes anos, o fato é corriqueiro, mas não motivo para se rever as práticas aplicadas às pessoas surdas. Estamos diante de um século de imposição de ensino oralista, intolerante às formas de comunicação inerentes a estes sujeitos.

---

<sup>16</sup> O termo "problema" aparece entre aspas no texto para elucidar o fato de que a palavra *problema* coloca a responsabilidade no sujeito surdo, como se fosse inerente a ele, e não reflexo do meio educacional e social em que está inserido. O termo entre aspas é, então, uma tentativa de deslocar o olhar do sujeito para o contexto em que ele está inserido.

Estar na escola significava aprender a oralizar palavras, letras, sons, sem que eles estivessem atrelados a significados. A legislação, hoje, reconhece esta prática como ineficiente para o trabalho com surdos e, através do Decreto 5626/2005, atenta para esse tipo de exercício no espaço escolar. Segundo o Decreto, no seu artigo 16:

"Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade."

Além disso, prevê nesse mesmo artigo que o trabalho desenvolvido a partir dessa perspectiva deve ser realizado por profissionais da fonoaudiologia, e não por profissionais da educação:

*"Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas."*

Com a proibição da livre circulação da língua de sinais nos espaços escolares, logo após o Congresso de Milão, as pessoas que sabem se comunicar com surdos, entre eles, familiares, religiosos e educadores, são as pessoas responsáveis pela interpretação da língua de sinais. Não estamos aqui falando de interpretação com base nos modelos que temos hoje, mas sim de interpretações mais domésticas e assistencialistas, com uma visão de sujeitos deficientes e uma língua de sinais que se resume a situações cotidianas, como podemos ver no trecho a seguir apresentado pela Revista:

*Nesses lugares empíricos de atuação, a interpretação ocorria de maneira informal, não desencadeando o autêntico papel do intérprete de Língua de Sinais e nem as implicações de sua presença naquele espaço.*

*- Silvana Aguiar do Santos –*

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007.p.23

Ao longo do tempo, as estratégias de ensino vão se aperfeiçoando e sempre numa tentativa de tornar os sujeitos surdos ouvintes. São desenvolvidas técnicas de leitura labial, percepção auditiva e, com o auxílio da tecnologia, são criadas próteses auditivas e implantes que tentam a “cura” de pessoas surdas com graus de surdez profunda ou severa. No tempo em que as instituições de ensino, religiosas, sociais e, mesmo, familiares eram as instituições nomeadas tutoras de surdos, pouco se sabe sobre a presença real dos intérpretes de língua de sinais, presumindo-se que, a função de interpretar acontecia em situações esporádicas ou como forma de retirar as pessoas surdas do isolamento. Devendo oferecer serviços à comunidade surda e à comunidade ouvinte, os intérpretes deveriam exercer a tarefa de “ponte” entre as comunidades envolvidas, segundo Rodríguez (2001), mas a tarefa estava subordinada aos princípios da salvação e cura. Fato que começa a mudar no século XX.

Nos anos 1950, a metodologia oralista tem muitos adeptos que tentam, ainda, apresentar resultados satisfatórios com respeito à “educação da fala” de surdos, o que não significa pensar que estes sujeitos recebem o mesmo ensino que crianças e adolescentes ouvintes. Esses métodos orais são alvo de muitas críticas dos estudos sobre as línguas de sinais, que começam a aparecer na década de 1960.

Temos neste momento uma abertura para a língua de sinais e seus usos na comunidade surda, ainda que durante muito tempo, os surdos, mesmo proibidos de sinalizarem, continuassem a desenvolver um sistema de comunicação amplo e vastamente utilizado entre eles. William Stokoe (1919 - 2000), em 1960, com a obra *Estrutura da Língua de Sinais: Um esboço do sistema de comunicação visual dos*

surdos americanos<sup>17</sup>, abre campos de possibilidade com relação à língua de sinais, apontando um olhar lingüístico sobre ela.

Stokoe concentra-se na Língua de Sinais Americana (ASL) e encontra semelhanças associadas às línguas orais, pois, assim como se criam, a partir da combinação de fonemas associados diretamente ao som, unidades dotadas de significado, as palavras, também se criam a partir de queremas, unidades mínimas de dimensão gestual, as palavras em sinais, que por sua vez também são unidades dotadas de significado.

Stokoe dá início às pesquisas em língua de sinais, oportunizando um repensar acerca das práticas realizadas até então. Essas pesquisas são importantes no sentido de que foram elas que abarcaram as questões surdas e suas experiências, tornando possível uma mudança no modo de olhar lançado por pesquisadores sobre esta comunidade, mas são essas mesmas pesquisas que criam verdades sobre sujeitos, línguas e comunidades, e que desenham, numa perspectiva foucaultiana (2006), a separação entre discurso falso e verdadeiro.

Certamente, se nos situamos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situamos em outra escala, se levantamos a questão de saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se. (p.14)

Trata-se de uma separação histórica entre a verdade e a mentira, onde “... o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder” (FOUCAULT, 2006, p.15), e essa passa a ser uma questão importante para pensar as pesquisas que começam a se desenhar no cenário brasileiro após Stokoe. Essa separação histórica significou “ouvir” o que

---

<sup>17</sup> William Stokoe. Sign language structure: An outline of the visual communication systems of the American deaf, Studies in linguistics: Occasional papers (No. 8). Buffalo: Dept. of Anthropology and Linguistics, University of Buffalo. 1960

os surdos propunham ao longo dos anos, criando um novo espaço para a dicotomia língua de sinais/língua oral.

Essa separação tem efeitos que engessam um modo de problematizar as questões surdas, criando dicotomias num mesmo jogo de produção de verdades que definem o bem/mal, certo/errado, novo/velho, nós/eles, surdos/ouvintes. Essa separação, portanto, tem efeitos para os intérpretes que estão “na linha de tiro”, na fronteira entre as comunidades surdas e ouvintes. Santos (2006) aponta nessa direção como sendo perigosa para o livre trânsito, necessário, entre as culturas e os intérpretes. Ela aponta ainda para uma questão endêmica na disputa por espaço entre surdos e ouvintes que está longe de ser resolvida, mas que é bastante perigosa. Trata-se de alguns surdos que toleram a presença dos intérpretes como “mal necessário”<sup>18</sup>, ou de alguns intérpretes que toleram a presença surda, já que a existência de pessoas surdas é a causa da sua presença.

Isto é, o fato de pertencer ao grupo surdo dá condições aos ILS de possuírem liberdades que talvez outros ILS não as possuam. Esse é mais um dos exemplos da necessidade de negociar esse espaço de pertença, pois ele não é acessível a todos os ILS. Pouco a pouco, alguns ILS conseguem conquistar seu espaço no grupo surdo. Alguns por meio da religião, outros pela questão profissional mesmo, o que é mais raro, e há ainda aqueles que por relações de amizades e parentesco são considerados parte do grupo surdo. (p.102)

É justamente essa dicotomia nós/eles que claramente pode se verificar abaixo em trechos selecionados da Revista da FENEIS:

---

<sup>18</sup> Uma menção à palestra proferida em 2004 por Raffaella de Filippis Quental intitulado O intérprete: de ‘mal necessário’ a ‘salvador da pátria’. Disponível em <http://www.sintra.org.br/site/index.php?p=c&id=18&codcat=13>.

*Se nós, os surdos-mudos, temos o nosso modo de ser e podemos fazer como os não-surdos-mudos fazem, por que não começamos a fazer? Por que não?* (grifo meu)

- Ana Regina e Souza Campello –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.22

*Observe a diferença da “fronteira” (Babha, 1998) que nos distancia e o modo como eles nos tratam.* (grifo meu)

- Ana Regina e Souza Campello –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.21

*Para o assistente-administrativo da Feneis em São Paulo, Gérson Lima de Almeida, é preciso garantir que as idéias dos candidatos cheguem a todos os eleitores, indistintamente. “Os surdos também são cidadãos, também vão às urnas. Da mesma forma que os ouvintes, eles precisam conhecer as propostas dos candidatos para decidir em quem votar”, defende.* (grifo meu)

- Gérson Lima –

ANO VI • Nº 29 • Julho a Setembro de 2006, p.6

*Em situações nas quais pessoas ouvintes ou surdas enunciam discursos do tipo “não entendi o que ele (referindo-se ao intérprete) está falando ou sinalizando; há muitos erros no que ele sinaliza, esse intérprete é fraco, entre outras atitudes” constituem exemplos que causam constrangimento, vergonha e baixa auto-estima para o profissional ILS.* (grifo meu)

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p.24

### 3.2 A FRONTEIRA LINGUÍSTICA: LÍNGUA DE SINAIS APROXIMANDO SURDOS E OUVINTES

Não é difícil encontrar pessoas ouvintes referenciando pessoas surdas como incapazes, desajustadas, com problemas de comunicação, assim como não é difícil encontrar pessoas surdas referenciando pessoas ouvintes como insensíveis, más, sem habilidade para comunicação com surdos. Portanto, são esses discursos que fazem aparecer uma fronteira que é imaginária, mas capaz de delimitar os acessos a determinadas áreas de conhecimento, tanto de surdos como de ouvintes, e criar um imaginário acerca das comunidades envolvidas.

Neste recorte da Revista da Feneis, é possível perceber uma marcação que é feita com a inclusão da palavra surdos ou ouvintes, feita pelo próprio autor do texto, que demonstra esse tipo de separação entre surdos e ouvintes com a inclusão das palavras entre parênteses (*surdos*) e (*ouvintes*), marcando assim a condição de cada integrante. É possível notar ainda que a inclusão da conjunção aditiva *além da*, que colocado assim no texto acentua ainda mais a dicotomia entre os envolvidos. Caso o autor não tivesse a intenção de marcar os territórios com essa força poderia ter separado as sentenças com uma vírgula. Veja a seguir o referido trecho:

*Ainda estiveram participando como palestrantes Rodrigo Rocha Malta, da Feneis/BH; Luciano de Souza Gomes, diretor regional da Feneis (TOT), Marianne Stumpf, diretora de políticas educacionais da Feneis; e Shirley Vilhalva, do Conselho de Administração da Feneis (surdos), além da lingüista Tanya Amara Felipe e da intérprete Maria de Fátima Santos Funiel (ouvintes).*

- Revista da Feneis –

ANO VI Nº 27 Janeiro a Março de 2006 p.28

Mas estas marcações podem ter diferentes significações para um leitor leigo reforçando a dicotomia surdo/ouvinte. Assim o leitor pode entender a relação surdo/ouvinte como bem/mal ou mal/bem. Em ambos os casos, o que parece simples e despretenso, como esclarecer quem são as pessoas surdas e as pessoas ouvintes, fortalece ainda mais as dicotomias entre elas. Neste sentido é que as discussões realizadas por Lopes e Veiga-Neto (2006) auxiliam na compreensão da aproximação surdo-ouvinte.

As marcas de deficiência impressas na alma surda, mesmo em muitos daqueles que hoje fazem discursos surdos e militam na causa surda, criaram alteridades deficientes, dependentes de representações ouvintes. É curioso ver isso nos muitos depoimentos surdos; quando instados a falar de si, da escola e do movimento surdo, os surdos precisam trazer o ouvinte. A presença do ouvinte nas narrativas surdas – como sendo o opositor binário do surdo – afasta o próprio surdo da possibilidade de fazer, de si mesmo, uma posição de referência a sua condição de ser surdo. (p. 85)

Ao mesmo tempo, a relação entre as pessoas surdas e ouvintes acontece a partir de um envolvimento com a língua de sinais, todavia o pertencimento a uma comunidade exige um mínimo de conhecimento em relação ao outro, que vai desde a língua até o modo como se articulam os movimentos nessa comunidade. Ainda assim o intérprete de Libras, mesmo fluente na língua de sinais, participante ativo da comunidade surda, envolvido com as questões surdas e conhecendo como se organizam os movimentos surdos, ele pertence em parte à comunidade surda.

Da mesma forma, surdos que convivem numa comunidade de cultura ouvinte, participando das questões educacionais ouvintes, dos movimentos sociais, fluente na língua portuguesa, ele pertence em parte à comunidade ouvinte.

Esse pertencimento é bastante importante para marcar, sobretudo os territórios surdos e ouvintes, que discutiremos com mais profundidade no subitem 5.1 do capítulo 5. Todavia cabe destacar que a comunidade surda estabeleceu uma relação, não de oposição, mas de diferença em relação à comunidade ouvinte e foi possível iniciar, a partir dessa diferenciação, a negociação em torno da oficialização da língua de sinais como língua da comunidade surda. A partir disso, do reconhecimento da diferença surda e não sua diversidade na comunidade ouvinte criou-se um limite entre essas comunidades. Esse limite foi sendo constituído no imaginário das pessoas surdas e ouvintes como uma barreira que impede a circulação de surdos em contextos ouvintes e de ouvintes em contextos surdos. Esse limite, todavia só serve para marcar a diferença surda e ouvinte e não para impedir o trânsito entre as culturas.

Essa fronteira, contudo, carrega a história da comunidade surda, marcada justamente por uma parcela da comunidade ouvinte que, pela imposição de práticas oralistas, deixou marcado no próprio corpo das pessoas surdas, uma verdade produzida para um determinado tempo. Os aparelhos auditivos, implantes, treinamentos de fala são hoje marcas deixadas por essa pequena parcela de uma comunidade que produziu, a partir de um aparato de saberes tomados como verdade naquele tempo, técnicas, instrumentos e estratégias de comunicação voltadas a uma comunidade surda da época. Essa comunidade utilizava uma língua e encontros surdo-surdo numa tentativa de narrar experiências e registrar, ainda que de forma oral, sua história, por isso poucos são os registros escritos encontrados acerca dessa comunidade, mas a língua de sinais sempre esteve referenciada como o laço que une e torna possível o encontro surdo-surdo. Essa língua tem, portanto, papel fundamental na construção da história da comunidade surda, mas também é ela que pode fazer avançar as fronteiras do bem/mal, surdo/ouvinte, dentro/fora e a essa discussão Masutti (2007) traz uma reflexão bastante importante quando aponta as questões que envolvem língua, representação e a presença do intérprete:

A língua como condição de pertencimento e de expropriação se torna um fulcro por onde atravessa uma rede simbólica que define e objetiva o sujeito. A “segunda pele que carregamos” deixa tatuada as condições de opressão e de liberdade, de transgressão, mutismo, ou loucura. A pele remete-nos novamente a fronteiras de contato entre o dentro e fora, que coloca a situação paradoxal de não ser possível pensar em si mesmo sem o outro, sem a mescla, sem o híbrido que produz a instabilidade de sentidos. A pele como língua é a condição para a produção de sentidos, por isso negar a língua do outro é negar as suas representações e sua própria existência. (p.45-46)

Uma língua possui uma representação muito importante dentro de uma comunidade excluída, por muitos séculos, de todo e qualquer movimento, seja ele familiar, educacional ou social. Uma demonstração clara da importância da língua de sinais para a comunidade sinalizante é a comemoração do dia do surdo, dia 26 de setembro, que é comemorado nesse dia no Brasil devido à inauguração da primeira escola para surdos

no país em 1857, segundo o próprio site da Feneis. A inauguração do INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos representa na comunidade surda a realização da livre circulação da língua de sinais no espaço educacional.

No trecho a seguir você poderá identificar um recorte da Revista da Feneis que demonstra a importância do Dia do Surdo para a comunidade sinalizante e o modo como se une à representação da língua de sinais para a comunidade:

*O Dia do Surdo (26 de setembro) ainda vem sendo, em todo o Brasil, uma oportunidade para estarmos levando as nossas bandeiras e lembrando a todos da nossa luta por igualdade e justas condições de vida para o indivíduo surdo. Isso envolve desde mais oportunidades de emprego até ver na prática a Língua Brasileira de Sinais (Libras) sendo vivenciada por alunos e professores em salas de aula.*  
- Antonio Mario Sousa Duarte –

ANO VI • Nº 29 • Julho a Setembro de 2006 • p.3

Segundo Rajagopalan (2003, p.93) uma “língua é muito mais que um código ou um instrumento de comunicação. Ela é, antes de qualquer outra coisa, uma das principais marcas da identidade de uma nação, de um povo. Ela é uma bandeira política”. E, neste sentido, é que a língua de sinais foi, aos poucos, sendo alvo das políticas lingüísticas e educacionais, e paralelo a estas políticas, a continuação de uma perspectiva que aponta sempre em direção às possibilidades e impossibilidades desses sujeitos surdos.

Uma língua é muito mais do que um item que compõem uma determinada comunidade, ela é, antes de tudo, um artefato constituinte dessa comunidade.

Para Strobel (2008: 37) referindo-se ao modo como os Estudos Culturais descrevem o que seriam os artefatos “... o conceito de ‘artefatos’ não se refere apenas a materialismos culturais, mas àquilo que na cultura constitui produções do sujeito que tem seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o mundo.” A partir daí a própria autora afirma que os “artefatos ilustram uma cultura” e que portanto não são materiais desprezíveis ou que podem ser facilmente desprezados quando problematizamos a constituição dos sujeitos.

Para Strobel (2008: 44)

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

A língua de sinais, para a comunidade surda, é ainda o lugar do encontro, do registro, da satisfação, dos movimentos, do pertencimento, e a própria literatura nos ajuda a refletir neste sentido sobre os embates da comunidade surda com relação à sua própria língua:

Nós temos sempre necessidade de pertencer a alguma coisa; e parece que a liberdade plena seria a de não pertencer a coisa nenhuma. Mas, como é que se pode não pertencer à língua que se aprendeu, à língua com que se comunica e com que se escreve? (José Saramago)

O reconhecimento da língua de sinais pela comunidade científica, que hoje não abre espaço para duvidar da sua importância para as pessoas surdas, foi um passo importante em direção às mudanças na forma como as pessoas surdas gostariam de serem vistas pela comunidade em geral, assim como também foi o primeiro passo para o reconhecimento legal da presença do intérprete.

A Feneis, nesse sentido, esteve sempre atenta à representação do intérprete de língua de sinais para as comunidades surdas e ouvintes, compartilhando a idéia de que o intérprete é também um artefato constituinte da comunidade surda, assim como a língua de sinais, as experiências visuais desse grupo, os sistemas de escrita da língua de sinais, a literatura surda, entre outros, como apontou Strobel<sup>19</sup>(2008) em seu livro *As imagens do outro sobre a cultura surda*.

Veja no trecho a seguir o reconhecimento dessa importância e a lembrança de que a Feneis está atenta ao artefato intérprete de língua de sinais.

---

<sup>19</sup> STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

*...a Federação Nacional de Integração dos Surdos (Feneis) vem reivindicando, desde 1987, modificações para a Educação da Pessoa Surda, lutando pela oficialização da Libras, pelo reconhecimento da função do Instrutor Surdo e do Intérprete de Libras nas escolas públicas e universidades.*

*- Tânia A. Felipe –*

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006 p.14

O reconhecimento legal da LIBRAS produziu um efeito importante, que é a invenção de novos olhares e novas representações sobre os sujeitos surdos. Mas ainda que sejam novos olhares, são ainda olhares que demonstram o movimento de ser visto e, portanto de ser nomeado, ainda que seja de um novo jeito, com novas nomenclaturas.

Nesse sentido é que as pesquisas que se iniciaram com Stokoe foram importantes na abertura de campos de conhecimentos antes inexistentes para surdos. Após Stokoe, surgem pesquisas relacionadas à língua de sinais em todo o mundo, desencadeando um avanço nas comunidades surdas e na língua que elas utilizam.

Nos anos 70, as metodologias adequadas à educação de surdos estão representadas num modelo denominado comunicação total. Esse modelo de educação de surdos, apesar de tolerar alguns sinais da língua de sinais, envolve-se prioritariamente na prática e utilização de leituras orofaciais, alfabeto digital e uso de gestos que podem representar alguma informação na língua falada, mas que não estão presentes na língua de sinais. Esse modelo de educação tem como objetivo a aquisição da língua oral e, posteriormente, a aprendizagem da escrita e da leitura e, portanto, apesar de tolerar o uso da língua de sinais, ele continua a restringir o seu uso e a representar a língua de sinais como uma língua de status inferior às línguas orais.

Muitos estudos apontaram, na época, que houve melhoras com relação a comunicação utilizada pelas pessoas sinalizantes, mas os déficits de aprendizagem e leitura continuaram. A comunicação total sobretudo, abriu portas para um mundo escolar sinalizado, antes proibido pelo oralismo.

Todavia, na comunidade sinalizante, comunicar-se através da língua de sinais não envolvia problemas de comunicação ou restrições quanto ao uso da linguagem para uma comunicação satisfatória. Estudos realizados no Brasil (Karnopp, 1994; Quadros, 1995) e nos Estados

Unidos (Bellugi & Petitto: 1988; Lillo-Martin, 1986; Loew, 1984; Meier, 1980; Petitto, 1987) mostram que a aquisição da língua de sinais por surdos se dá num processo natural e rápido, tornando possível uma comunicação completa e produtiva, fato que também ocorre com pessoas não sinalizantes nativas de línguas orais. Conforme aponta Quadros (1997: 27)

A língua portuguesa não será a língua que acionará naturalmente o dispositivo devido à falta de audição da criança. Essa criança até poderá vir a adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com a língua de sinais.”

No Brasil, em 1977, é criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS, tendo em vista a emergência na organização e no repensar das práticas sociais e, principalmente, educacionais aplicadas às pessoas surdas. Essa instituição nasce sobre a sigla FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, sendo composta e dirigida, até meados dos anos 80, por entidades que há muitos anos vinham trabalhando em prol da comunidade surda. O fato de os surdos terem, pela primeira vez, um território demarcado para as suas reivindicações e mobilizações, e a presença, novamente, de pessoas ouvintes gerenciando as tomadas de decisões em nome dos mesmos, traz à tona a necessidade de assumir esse espaço, numa tentativa de minimizar as exclusões desencadeadas por esse gerenciamento. Em 1987, assume uma nova diretoria, composta prioritariamente por surdos que se articulam, desde 1983, em torno da comissão nomeada “Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos”. É essa comissão que faz desaparecer o termo Deficiente Auditivo em substituição ao termo Surdo na sigla da única federação que começa a lutar, de fato, pelos direitos dos surdos<sup>20</sup>, como podemos identificar no trecho a seguir:

---

<sup>20</sup> Fonte desta pesquisa: <http://www.feneis.com.br/historico.shtml>.

*A história da Feneis começa em 1977 com a formação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneida), organizada por profissionais da área para oferecer suporte aos surdos.*

*A demanda e a complexidade do trabalho levaram a diretoria a reestruturar o estatuto da instituição sob pena de comprometer a causa. Foi então que em 16 de maio de 1987, em Assembléia Geral, foi designado o novo nome da entidade, que passou a chamar-se Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis).*

- Revista da Feneis –

[...]

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p.17

A Feneis desde então tem assumido a defesa dos direitos e dos interesses das pessoas surdas, como vemos abaixo:

*É sempre bom destacar que todas as mobilizações realizadas pela nossa entidade nesses 20 anos de existência têm buscado o bem-estar e mais qualidade de vida para o surdo brasileiro. A Feneis, como representante de todos os surdos, está voltada especificamente para defesa dos direitos e dos interesses desse segmento, lembrando em todas as instâncias das suas necessidades.*

- Antonio Mario Souza Duarte –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.3

Os intérpretes começam a aparecer apenas em 1980, mesma época em que começam a aparecer as pesquisas (Ferreira-Brito, 1986) diferenciando a língua portuguesa da língua de sinais e que o bilingüismo surge no Brasil. Mas os intérpretes surgem dentro de instituições religiosas, que se apóiam numa perspectiva assistencialista. Esses intérpretes servem a uma causa maior, à religião, e, portanto a visão sobre os sujeitos surdos está atrelada a essa perspectiva religiosa, que entende esses sujeitos como deficientes, anormais.

Segundo Rodríguez (2001:18)

Estos “intérpretes” trabajaban para el bien de la comunidad sin recibir ningún pago a cambio. Sus funciones sobrepasaban en cierta medida las

propias del profesional de la interpretación tal y como se entendien hoy en día, ya que en la mayoría de los casos actuaban también como guías o asistentes, aconsejando y apoyando a las personas sordas, lo que, en muchos casos, conllevaba situaciones de sobreprotección.

Essa visão caridosa em relação às pessoas surdas se reflete nos modos de uso da língua de sinais por esses intérpretes, nas relações que estabeleciam com as pessoas surdas e esse tipo comportamento certamente pode ter desencadeado os atritos até hoje existentes entre intérpretes e surdos. Santos (2006: 48) nos ajuda a compreender a interface interpretação/assistencialismo quando menciona em sua dissertação de mestrado que:

Dentro dos espaços religiosos, não era investido na formação desse profissional, compreendendo as questões lingüísticas, culturais e éticas que a atividade de interpretar requer. Para esses trabalhos desenvolverem-se, a base era o voluntariado por parte dos ILS, o que perdurou durante muitos anos.

Além disso, esses intérpretes, ouvintes, que compartilham com a religião essa visão de “salvadores das pessoas surdas”, exercendo prioritariamente uma função benevolente são encarados pela comunidade surda como colonizadores, o que também justifica, de certo modo, os poucos registros das histórias da comunidade surda e de seus intérpretes.

Segundo Strobel (2008: 44)

A história, em suas várias ramificações, já se incumbiu de nos mostrar o nosso passado, a nossa evolução, mas a história da humanidade é geralmente a história do colonizador, por isto, muito pouco ficamos sabendo sobre a história cultural daqueles que são deixados a margem também da sociedade, mas que têm seus discursos excluídos, apagados, desviados pelos relatos registrados dos colonizadores.

Os registros da história da língua de sinais e da própria história dos intérpretes dependem do uso de tecnologias tais como filmadoras, câmeras fotográficas, bem como de registros escritos. Por anos, esses registros foram esquecidos ou não eram realizados, já que o próprio profissional intérprete via o seu trabalho como voluntariado, o que inviabiliza precisar datas e referências precisas acerca do trabalho que realizavam. Portanto, poucos são os registros escritos da história destes personagens que certamente já utilizavam uma língua e, quem sabe, uma interpretação em língua de sinais nos moldes que temos hoje. O fato também de a língua de sinais ocupar um espaço diferente da língua portuguesa na própria história restringe os registros da língua de sinais.

Além disso, é preciso atentar ao fato de que muitos registros de histórias orais foram deixados à margem, pois por muito tempo entendeu-se que os registros orais não possuíam credibilidade. Neste sentido, entendia-se que o entrevistado estaria suscetível a falhas, omissões, fantasias, invenções e ao relatar a história estaria carregado de subjetividades e posições políticas, o que tornaria este registro não confiável. Assim, por muitos anos, esses registros não foram trazidos à cena da contextualização histórica. A credibilidade desses relatos, no entanto, não é questionada nas comunidades que utilizam esse recurso como forma de registro das suas próprias histórias.

A comunidade surda tem como característica o registro da sua história através das narrativas contadas de surdo para surdo e que servem, de certa forma, como registro da língua e dos movimentos que essa comunidade enfrenta ao longo dos tempos. Este fato pode passar despercebido aos nossos olhos, mas coloca em evidência a inexistência de tais registros em épocas que antecederam os últimos 60 anos e que declara uma impossibilidade em descrever os espaços em que os intérpretes estariam presentes e quais os efeitos dessa presença. Em línguas orais, a inexistência de registros também marca as pesquisas nessas línguas e coloca em cena os mesmos problemas. Segundo Deslile e Woodsworth (2003: 257)

A pesquisa sobre a história da interpretação em suas diferentes formas e variados contextos mal começou. Devido à inexistência de registros confiáveis, alguns hiatos provavelmente nunca chegarão a ser preenchidos, especialmente com respeito àqueles períodos em que as relações de poder conferiam prestígio a uma língua em particular, em detrimento das outras.

Em 1988, acontece o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, organizado pela FENEIS. Esse encontro, evidencia uma preocupação da comunidade surda com o uso da língua de sinais e a presença desse profissional. É visível, portanto, que na época havia uma preocupação com a comunidade sinalizante que crescia e começava a se organizar. Pela primeira vez na história, os intérpretes de língua de sinais se reúnem em torno das questões éticas e das práticas junto às comunidades sinalizantes e não sinalizantes. É esse encontro, oportunizado pela própria comunidade surda, que mobiliza os intérpretes em torno do seu próprio reconhecimento.

É também nos anos 80 que surge um novo modelo de educação denominado bilingüismo (conforme BRITO, 1993, 1995; QUADROS, 1997; SKLIAR, 1998, 1999; FERNANDES, 2003). Essa proposta chega ao Brasil na mesma época em que o programa de Educação para Todos ganha força no Brasil e no mundo.

*Em 1981, no ano internacional das pessoas deficientes, houve a semente do conceito de Sociedade para Todos, quando se falou de participação plena e de igualdade.*

*- Tânia A. Felipe –*

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006 p.13

No modelo educacional bilíngue, a língua de sinais ocupa um lugar central e, portanto, é ela quem determina os modos de interação. A língua portuguesa passa a ocupar o lugar de objeto de ensino, enquanto a língua de sinais é dada como língua de instrução, a língua escrita é, nesse caso, ensinada como segunda língua. Apesar de o bilingüismo ser uma proposta educacional, ele ganha forças no contexto social das pessoas surdas, indicando, inclusive, a presença de intérpretes de língua de sinais nos espaços em que as pessoas não souberem a língua primeira desses sujeitos, isto é, a língua de sinais. Assim, as perspectivas educacionais ao longo do tempo determinam e demarcam os movimentos sociais e individuais dos surdos e dos próprios intérpretes. Segundo Lopes e Veiga-Neto (2006: 82),

O espaço que vem possibilitando a aproximação entre surdos tem sido preponderantemente o

escolar. Como a escola é o território que possibilita, antes de qualquer coisa, a aproximação e a convivência – isto é, um local inventado para que todos que o freqüentam saiam com marcas profundas no modo de ser e de estar no mundo -, a comunidade surda, quando constituída dentro da escola, também é fortemente marcada por ela.

Com a chegada do bilingüismo e o advento dos anos 1990 o que se pode perceber é uma presença, quase que constante, dos intérpretes nos meios educacionais e, conseqüentemente, sociais. Mas essa presença não significa pensar que a perspectiva assistencialista deixa de existir ou que essa presença torna possível a visibilidade cultural e lingüística dos sujeitos surdos.

Segundo CAMPELLO (2008: 68)

A proposta da educação bilíngüe seria adequada se tiver uma aplicação da teoria, metodologia e regras culturais que funcionassem de forma diferente em contextos iguais. A proposta gira em torno de questões educacional, histórica, cultural e política. É por isso afirmo que as experiências não podem ser ignoradas, e caso não encontrem soluções, não podem criar práticas que não condizem com as experiências visuais. Algumas escolas estão utilizando a proposta bilíngüe mesclando com outros métodos, como comunicação total e utilização de Intérprete de Língua de Sinais Brasileira nas salas de aula. Mas ainda não são os fatores importantes para o desenvolvimento cognitivo das crianças Surdas, por dois motivos: a língua de sinais é distinta da língua portuguesa e deve ser ensinada separadamente; e segundo, os Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira são como uma “caixa preta” onde só repassa as informações do emissor e do receptor.

Uma das questões que ainda é problemática na relação com os intérpretes, é o fato de muitos profissionais que necessitam da presença do intérprete de libras entenderem o trabalho do ILS como descrito acima: “os Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira são como uma ‘caixa preta’ onde só repassa as informações do emissor e do receptor”.

Atento a isso, entende-se que o intérprete de língua de sinais é, antes de tudo, um intermediador. Intermediar requer negociação, no sentido de não apenas repassar as informações como a autora menciona, mas como aquele que capta a informação a ser repassada, compreende o sentido do enunciado na sua totalidade, é capaz de compreender a história e as interferências do discurso que está sendo veiculado pelo falante/sinalizante e consegue a partir daí selecionar, numa infinidade de possibilidades da língua alvo, uma estratégia discursiva em sinais/palavras que compartilham de certa forma os significados que foram apresentados pelo falante/sinalizante. A visão do “emissor-receptor”, é de compreender uma língua como dominante e outra como subalterna e, portanto, um sujeito como dominante do discurso e outro subalterno. Apenas para lembrar que podemos ter aí tanto um emissor surdo quanto um ouvinte e ambos podem ser dominantes. Essa posição é traduzida em discursos pela própria comunidade surda que encarregou-se de apontar como problemática para o desenvolvimento das questões surdas na educação.

Além disso, dizer que o “intérprete é como uma caixa preta onde só repassa as informações do emissor e do receptor” também indica uma compreensão da própria língua como uma caixa fechada, que não recebe influências externas, não passa por alterações, mutações ou mesmo apagamento. Sendo assim, tudo o que é capaz de penetrar nessa caixa é visto como “codificável” e o que é lido, como um alerta para corrigir imperfeições, portanto incorreto, nulo ou mesmo vazio, sem significado. Novamente atento que tanto o que é codificável quanto o que é nulo ou passível de correção pode ser, nesse caso, a língua de sinais ou a língua portuguesa. O próprio receptor da mensagem não é passivo na construção do significado do texto criado, pois esse receptor é tão ativo quanto o intérprete e os dois conjuntamente produzem esse novo texto. Esse tipo de oposição, portanto, perde sentido.

O que fica claro é que mesmo com esse modelo bilíngüe, de opostos que agora se vinculam em nome da educação de qualidade, os embates entre as línguas continua forte e, principalmente, se refletem no intérprete de língua de sinais. A territorialidade das línguas é então, neste caso, um perigo.

A partir dessa década, 1990, a FENEIS, cria uma série de unidades, vinculadas aos escritórios regionais da entidade, responsáveis pelo gerenciamento e organização dos intérpretes e, em 1992, realiza o II Encontro Nacional dos Intérpretes de Língua de Sinais. É ainda através do trabalho desenvolvido pela FENEIS que cursos de curta

duração para os intérpretes de Libras começam a aparecer nessa década, como aponta Santos (2006: 86)

O órgão responsável por esses cursos era a FENEIS, em parceria com universidades ou faculdades. A universidade, juntamente com a FENEIS, constituiu, nessa época, um “espaço de saber” que legitimaria e certificaria os ILS que estivessem aptos após o término desses cursos.

Os intérpretes de língua de sinais ainda estão envolvidos numa questão crucial que é sua exposição face-a-face com o sujeito sinalizante/ouvinte, um feedback instantâneo durante as interpretações, uma linguagem corporal que pode significar sucesso ou insucesso dependendo das escolhas realizadas para a produção da mensagem na língua alvo, considerando que as interpretações, em sua maioria, são simultâneas. O filtro que o intérprete realiza no momento do reconhecimento e compreensão da mensagem, de acordo com sua competência lingüística, suas decisões de ordem lexical, semântica e sintática, sua visão de mundo, crenças e experiência profissional, implicarão num feedback positivo ou negativo com relação ao discurso produzido na língua alvo, e portanto, o fato de não estar na cabine ao fundo do palco como acontece com os intérpretes de línguas orais, tem efeitos na produção do texto traduzido.

Estamos falando de um ouvinte, que deve utilizar fluentemente a língua de sinais e a língua portuguesa, a fim de que os surdos e os ouvintes possam compreender o que está sendo dito. Esse cenário leva a pensar numa vida surda carregada de interpretações, surdos que dependem dessa presença ouvinte para serem compreendidos satisfatoriamente. Não é exatamente aquele ouvinte que impôs o oralismo há séculos atrás, mas é aquela mesma presença que a comunidade surda tem enfrentado com discursos, pesquisas, narrativas e experiências, numa constante tentativa de afirmação do que é *ser* surdo, em oposição ao que é *ser* ouvinte. Estamos diante, novamente, do embate surdo/ouvinte, ainda que essa seja uma oposição que supostamente já se desfez.

#### 4. ARTEFATOS CONSTITUINTES DA CULTURA SURDA: O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

No caminho da história da educação de surdos foi possível identificar como o grupo surdo foi se constituindo a partir das experiências em educação no cenário brasileiro<sup>21</sup> e como a presença do intérprete de libras foi ganhando força dentro desses movimentos. Neste capítulo iremos entender como esses acontecimentos foram moldando aquilo que, denominamos como Cultura Surda e que significa pensar o intérprete como uma presença às vezes necessária.

Segundo Wilcox (2005:77), os membros de uma determinada cultura “compartilham valores, crenças, comportamentos e, o mais importante, uma língua diferente da utilizada pelo restante da sociedade”. Assim, a cultura surda se destaca no cenário brasileiro com a regulamentação e o reconhecimento da língua brasileira de sinais a partir da sua diferença surda, como aponta Campello (2008: 86) “O conceito de diferença, hoje amplamente discutido, vem substituir essa dicotomia que atribui pesados rótulos excludentes àqueles sujeitos que não se enquadram perfeitamente ao padrão estabelecido para aquilo que se chama de normalidade.” e segundo McLAREN (1995), apud Campello (2008: 86) "A Surdez é uma diferença, não como um espaço retórico, mas como uma construção histórica e social, efeito de conflitos sociais, ancorada em práticas de significação e de representações compartilhadas entre os Surdos."

A surdez é então “a experiência de não ouvir” (Padden, 1988: 12), e seria inviável delimitar a infinidade de experiências e experimentações nos meios educacionais, sociais, familiares, etc. que podem estabelecer as pessoas surdas, o que também inviabilizaria apontar possíveis identidades surdas. Perlin (1998: 62-66) apresenta, porém cinco categorias possíveis para as identidades surdas: identidade surda, identidade de transição, incompleta, flutuante e híbrida e gostaria de atentar na descrição da autora as oposições surdo/ouvinte que delimitam os territórios surdos. Segundo a autora

Identidade Surda – são aqueles que são sinalizantes e alguns são engajados na política e movimento social. Utilizam muitas formas de usar a comunicação visual, como classificadores,

---

<sup>21</sup> Digo isso atentando ao que Wilcox (2005: 78) observou: “Embora o termo cultura surda seja usado frequentemente, isso não significa que todas as pessoas surdas no mundo compartilhem a mesma cultura.”

piadas, fatos heróicos, etc. São sinalizantes por aquisição com os surdos adultos e ou são filhos de pais Surdos. Possuem um espaço cultural, têm consciência Surda e usa alternativas comunicativas e visuais, como internet, aparelhos visuais e de contato. Uma minoria é bilíngüe, especialmente, filhos de pais Surdos e de outros, por contato deste pequeno;

Essa identidade refere-se então às pessoas surdas que compartilham experiências visuais e estas experiências determinam comportamentos, movimentos, escolha de pares e de línguas para interação. Já a Identidade Surda de transição, segundo a autora,

Identidade Surda de transição – São os requisitos dos sujeitos Surdos com identidade incompleta ou flutuante que ao mudarem da identidade hegemônica dos não-surdos para a hegemônica dos Surdos. São “os dois corpos colados” ou “emocionalmente conflitante” por causa da transição que exige uma longa adaptação. Como escreve o roteirista KAUFMAN que a adaptação é *“um processo profundo e temos de descobrir como sobreviver no mundo”*. Os requisitos básicos são como: vergonha de assumir como pessoa Surda, conflito emocional, choque cultural e da desconfiança, de não aceitação e desconhecimento da língua de sinais;

As pessoas surdas com identidade Surda de transição são aquelas então, segundo a autora, que experimentam a transição conflituosa da comunidade ouvinte para a comunidade surda, pois segundo a própria autora “São ‘os dois corpos colados’ ou ‘emocionalmente conflitante’ por causa da transição que exige uma longa adaptação.” Esse cenário de conflito, bastante comum entre as pessoas surdas, descreve um pouco a força que as dicotomias podem conter.

A próxima identidade descrita pela autora diz respeito à identidade Surda Incompleta, onde:

Identidade Surda Incompleta – São aqueles que estão envolvidos na comunidade não-surda e acreditam na supremacia e no poder ouvintista sobre eles. São os “espelhos” dos outros. Se

sentem bem e fazem tudo para desacreditar a ideologia, política, cultural e identidade da comunidade Surda

Essa identidade incompleta remete então a um sujeito surdo que tem como referência pessoas ouvintes. Nessa identidade, segundo a autora, as pessoas surdas fazem parte da cultura ouvinte e não transitam nos espaços surdos, acreditando assim que o contexto surdo esteja num patamar inferior em relação ao contexto ouvinte. Já as pessoas surdas com Identidades Surdas Flutuantes são

São aqueles que não se manifestam emocionalmente enquanto sujeitos Surdos. Pensam como não-surdos, tem vergonha de conviver com a comunidade Surda. Têm dificuldade de conviver com a comunidade não-surda devido a sua comunicação tão fragmentada. São mais solitários.

Parece-me que, nesse caso, segundo a autora, a territorialidade da língua é bastante forte, pois o que impede a sua entrada e permanência na comunidade surda é o fato de possuir uma comunicação fragmentada, insuficiente.

Já a Identidade Surda Híbrida refere-se a pessoas que:

...adquiriram surdez, por doença ou por patologia progressiva ou de enfermidade, depois de ouvirem. São aqueles que usam a roupa da surdez por fora, mas por dentro, pensam como pessoas não-surdas. Alguns sentem dificuldade de captar e de entender os sinais da língua de sinais e outros não. Sabem e conhecem o suficiente a estrutura da língua portuguesa e a maioria é oralizada. Usam outras formas de comunicação, como comunicação total, oralismo e de língua de sinais como suporte de comunicação com outros parceiros Surdos e de não-surdos;

A partir da caracterização dessas identidades surdas, é possível facilmente apontar a força da dicotomia para cada uma dessas identidades. No primeiro caso, Identidade Surda não há menção, nem relação claramente expressa da dicotomia ouvinte, mas em todas as outras categorias o par surdo/ouvinte está presente. A dicotomia poderia

ter sido relacionada às diferenças existentes entre as línguas de sinais e às línguas orais, o que poderia contribuir para desvalorizar as dicotomias entre as pessoas surdas e não-surdas. Essas categorias, no entanto, sugerem também a normalização das pessoas surdas, pois elas tornam-se perigosas na medida em que definem, elegem parâmetros e estabelecem uma fronteira arriscada para normalizar surdos e não-surdos. Segundo Silva (2000: 83)

... é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única.

Valho-me dessas categorias para apresentar a importância da língua de sinais para a comunidade surda e evidenciar que ela, a língua de sinais, deve ser o ponto para estreitar os laços entre as comunidades surdas e ouvintes, como afirma Wilcox (2005) apud Strobel (2008: 59)

(...) tarefa do estudo da cultura surda é descobrir quem os surdos pensam que são. Do ponto de vista dos surdos, quem se qualifica como uma pessoa surda e quem não o faz? Quais são as ‘categorias distintas de pessoas’ que a cultura surda impõe ao mundo? Se o mundo visto através dos olhos do surdo não é habitado por pessoas sem rosto e sem qualidades, quem são os ‘alguéns’, positivamente caracterizados e apropriadamente identificados?

Assim, a tarefa é mais do que apontar categorias para definir surdos ou ouvintes, é antes pensar o lugar das pessoas surdas e ouvintes na cultura. A Revista da Feneis, neste sentido, assume um lugar de destaque, já que ela consegue mapear e divulgar com suas publicações os obstáculos, os progressos e as lutas que ainda precisam ser travadas pela comunidade sinalizante.

A língua de sinais segundo Strobel (2008: 42-43)

...é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

A língua de sinais é, portanto, como tratado anteriormente, o lugar do encontro, do pertencimento, da satisfação e encontra aí o intérprete de língua de sinais, que também deveria compartilhar dessa sensação, já que quando em contato, ouvintes e surdos inscrevem um novo modo de ver e ler o mundo, como aponta Masutti (2007: 63)

O ouvinte passa a inscrever campos de leitura, imagens e metáforas que desfilam em sua forma de ler e ver o mundo, por meio das narrativas surdas. A manifestação da forma de ser surdo cria possibilidades de leitura de um universo visual. Para reconstruir a maneira de ver o outro, é preciso se exercitar a partir desse outro, incorporá-lo, e por que não dizer, lançar-se a um projeto de desconstrução da imagem de si e do outro.

A cultura surda envolve a língua de sinais, as idéias, as crenças, os hábitos das pessoas surdas e os intérpretes. São os artefatos constituintes dessa comunidade que fazem surgir estratégias educacionais, tecnológicas, sociais, entre outras, para desfazer a relação de desigualdade entre as comunidades. O que se quer, portanto, é que a comunidade surda e a comunidade ouvinte estejam em parâmetros de igualdade, respeitando as suas diferenças, e o modo como seus artefatos influenciam na caracterização das culturas.

Os intérpretes de língua de sinais, na medida em que oportunizam essa negociação entre as culturas e os Estudos Culturais têm auxiliado nesse sentido, como aponta Thoma (2002:43) “...os Estudos Culturais estão envolvidos tanto com uma discussão teórica quanto política e a cultura é tanto o objeto de estudo e o foco no qual se dão as análises, quanto o terreno de intervenção política”.

Assim o intérprete de língua de sinais é também responsável pela intervenção política ao lado dos próprios sujeitos surdos que realizam essa intervenção. Pensar o intérprete então nessa relação é a partir da dissolução da dicotomia surdo/ouvinte. Nessa parceria, o intérprete é

aliado, par, união, artefato, influenciando na constituição das pessoas surdas e sendo constituído através das relações que estabelece com a comunidade sinalizante.

\*

## 5. AGENCIAMENTOS E DESTERRITORIALIZAÇÃO COMO ARTEFATOS NO CAMPO DOS ESTUDOS CULTURAIS E NO CAMPO DOS ESTUDOS SURDOS

Viver a diferença é se arriscar o tempo todo em um intervalo que se produz de instante a instante, recolocando acentos, recriando formas. A primeira lição a aprender é que não existem fórmulas em relação à alteridade, mas abertura de sentidos para produzir relações de hospitalidade.  
Mara Masutti, 2007

De um lado, ouvintes nomeiam surdos, imprimindo a eles rótulos, marcas, sentenças, territórios, do outro lado, surdos nomeando ouvintes, imprimindo a eles os rótulos, marcas, sentenças, territórios<sup>22</sup>. É este espaço fronteiro ocupado pelo intérprete de língua de sinais que marca a tensão produzida pelos discursos que circulam na relação surdo/ouvinte. E é justamente a oposição surdo/ouvinte que tentaremos desconstruir ao longo deste capítulo.

A produção ao longo da história de um 'ser surdo', a partir da lógica ouvinte, passa por uma lógica iluminista, que conforme Hall (2004, p.10) tem como tendência a 'perfeição', e, portanto, surdos nomeados por ouvintes, a partir dessa lógica, são imperfeitos, incompletos e deficientes. Hall (2004) ainda nos apresenta outro modo de se pensar as alteridades, que passa por uma lógica pós-moderna, onde as identidades são fragmentadas, e, portanto, pensa-se um sujeito a partir das relações que ele constrói com o mundo e com si mesmo.

Esses modos de pensar e de representar pessoas, sujeitos, grupos, comunidades etc. estão sempre atrelados a uma estratégia discursiva, educacional e política de nomear o outro. Um jogo de “dentro e fora” entre quem inventa e quem é objeto dessa invenção (PESAVENTO, 2004, p.2)

Estabelece-se um jogo de dentro e fora, entre o autor que inventa a paisagem e seu objeto. O autor

---

<sup>22</sup> A noção de “território” utilizada nos escritos do pensador Michel Foucault, além de uma noção geográfica, refere-se metaforicamente a uma noção político-jurídica, que é a designação do que é controlado por determinado tipo de poder. (Edgardo Castro, Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. p.414. 2009)

está fora desta natureza, mas nela mergulha para reordená-la e representá-la, em ato de apropriação. Por outro lado, a paisagem é produto do que ele vê, mas também do quadro de referências que, previamente, ele possui e que passa a estar presente nesta tarefa imaginária de reconstrução do mundo. (grifos da autora)

A todo tempo criamos paisagens para naturezas diversas e que podem ser entendidas de *n* formas, pois a "*paisagem é a construção da natureza pelo olhar*" (PESAVENTO, 2004: 2) e, portanto é justamente essa paisagem surda e ouvinte que, em aproximação com os Estudos Culturais e os Estudos Surdos, queremos pensar neste capítulo. Discutiremos ainda os conceitos de territorialização e desterritorialização, que, pensados no contexto dos Estudos Culturais auxilia este trabalho a pensar a oposição surdo/ouvinte, que nos propomos a desconstruir.

A história dos Estudos Culturais (EC) começa em Birmingham, na Inglaterra, com os estudos literários do pós-guerra, e tem como marco inicial a publicação das obras *The Uses of Literacy*, de Richard Hoggard, e *Culture and Society*, de Raymond Williams.

Conforme Hall (2003: 227),

[...] os estudos culturais “começaram” em Birmingham, no Reino Unido, com uma interrogação sobre as categorias de alto/baixo do debate cultural... Em parte estes termos foram herdados da preocupação de Leavis com o desaparecimento de uma cultura popular “viva” e orgânica no século dezoito e sua substituição por uma “civilização de massa” degradada que representava uma séria ameaça à “cultura minoritária ou da minoria”

Nos Estados Unidos, na década de 1960, os Estudos Culturais inauguram uma nova perspectiva em torno da cultura. Para eles, ela estaria inserida num sistema político maior, a hegemonia burguesa. Nesse período, também aparecem as teorias estruturalistas e pós-estruturalistas. Nesse sentido, cabe mencionar que os Estudos Culturais, em consequência da adoção da abordagem pós-estruturalista, apresentam num novo modo de entender a pesquisa e os pesquisadores a quem interessa especialmente essa pesquisa, bem como as concepções

de sujeito, identidade e relações de poder.

Para os EC (Estudos Culturais), a reflexão dos intelectuais e suas práticas culturais devem estar engajadas para que o sujeito-pesquisador possa intervir na realidade. O sujeito-pesquisador é, portanto, participante do contexto que pesquisa e deve rejeitar a pretensa neutralidade para procurar elucidar toda a variedade e multiplicidade de arranjos do contexto pesquisado.

Para Costa (2005: 108)

Os Estudos Culturais vão surgir em meio a movimentação de certos grupos sociais que buscam se apropriar de instrumentos, de ferramentas conceituais, de saberes que emergem de suas leituras de mundo, repudiando aqueles que se interpõem ao longo dos séculos aos anseios por uma cultura pautada por oportunidades democráticas, assentadas na educação de livre acesso.

É desta forma que os EC costuram esse trabalho, como numa colcha de retalhos, onde participo do contexto pesquisado, colocando-me como sujeito-pesquisador, fato que oferece a possibilidade de apresentar múltiplos olhares acerca do contexto pesquisado, bem como romper com as oposições que desencadeiam modos de pensar e nomear essa paisagem surda e ouvinte.

Para Lopes (2006: 36)

Na atualidade, os Estudos Culturais voltam-se para uma gama muito grande de questões que abrangem a sexualidade, a mídia, a nacionalidade, a cultura popular, as políticas de identidades, os discursos e a textualidade, entre outras que poderia continuar citando sem esforço. Abrigada sob essas questões, existe uma variação muito grande de posições políticas, teóricas e metodológicas que se identificam 'necessariamente e profundamente' em relações de poder significadas na cultura. Trabalhar nesta perspectiva é exercitar a compreensão das relações de poder e o nosso lugar dentro delas.

Em tempos onde é quase impossível pensar surdos que não

pertençam a uma comunidade sinalizante, problematizar os conceitos de cultura e língua é de fundamental importância para pensar a constituição desses sujeitos nessas comunidades a que pertencem e as relações com as comunidades que os cercam e os influenciam de alguma forma. Para este contexto em especial, debruço-me sobre os Estudos Surdos, que justamente pensam esse contexto cultural tão rico e apresentam "um grupo que realmente investe na decisão de ser diferente" (PERLIN, 2007, p. 11)

A comunidade surda, assim intitulada por vários autores e pesquisadores, sendo nomeada, conceituada e descrita como parte fundamental para a constituição dos sujeitos surdos é entendida como um artefato da cultura surda. Segundo Perlin (2005, p.78) "A cultura surda é o lugar para o sujeito surdo construir sua subjetividade de forma a assegurar sua sobrevivência e a ter seu status quo diante das múltiplas culturas, múltiplas identidades." (grifo da autora). E é neste sentido que pertencer a um grupo ou a um povo significa compartilhar uma cultura, ou seja, interesses comuns, habilidades, gostos, gestos, histórias, comportamentos e, não menos importante, compartilhar resistências e uma língua.

*É preciso muita mobilização para que a sociedade de um modo geral tenha mais conhecimento de nossas causas, de nossos direitos. É fundamental aproveitar a oportunidade para divulgar a Libras. A unidade e força do surdo fazem com que os poderes locais percebam a importância de nossos movimentos e reivindicações.*

*- Antônio Mário, em entrevista à Revista da Feneis, por Nádia Mello-*

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006. p.11

\*\*\*

## 5.1 TERRITÓRIOS QUE CRIAM AGENCIAMENTOS

Para pensar em cultura é preciso pensar em pertencimento, e, portanto, em territorialidade, território. Felix Guattari e Suely Rolnik no livro "Micropolítica: Cartografias do Desejo" (1986: 323) afirmam que:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

O território é então entendido por Guattari como um agenciamento, ou seja, é o espaço constituído por padrões de interação e que desemboca numa infinidade de comportamentos, como o próprio autor menciona. Isso quer dizer que um território é o espaço ocupado por uma pessoa ou grupo, a partir do qual ela ou ele age. Edgardo Castro, em sua publicação recente sobre Foucault<sup>23</sup>, ajuda a compreender aquilo que Foucault menciona como território: “Campo, posição”, como termos político-estratégicos, indicam como o militar ou o administrador se inscrevem efetivamente no solo ou nas diferentes formas de discurso.” (2009, p.415)

Esse território pode ser um território psicológico ou subjetivo, sociológico ou ainda um território geográfico. E justamente por ele ser um conceito muito amplo, como Deleuze e Guattari afirmam, é que esse conceito é de fundamental importância para pensar em agenciamentos no campo dos estudos surdos, já que é ele próprio, o território, que cria um agenciamento.

Segundo os autores, os agenciamentos podem ser coletivos de enunciação ou maquínicos de corpos (ou de desejo). Os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais e as relações entre os corpos na sociedade. Segundo os autores “um regime alimentar, um regime sexual regulam, antes de tudo, misturas de corpos obrigatórias, necessárias ou permitidas.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 31)

---

<sup>23</sup> Edgardo Castro. Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. São Paulo: Ed. Autêntica, 2009).

Já os agenciamentos coletivos de enunciação remetem aos enunciados, a um “regime de signos, a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua” (1995b, p. 32). Nesse caso, os agenciamentos não dizem respeito a um sujeito, mas sim à linguagem, a um regime de signos, como os próprios autores mencionam.

Cabe ressaltar que nos territorializamos em qualquer coisa, desde que estejam presentes os agenciamentos de corpos e os coletivos de enunciação. Estes dois agenciamentos são apenas uma parte do território, que é ainda composto pela desterritorialização e reterritorialização, como veremos adiante.

Um território então é a “minha casa”, o lugar onde me sinto “em casa”, como os próprios autores descrevem, e num encontro com os Estudos Surdos e com as narrativas surdas seria o que o depoimento a seguir evidencia.

Eu me sinto melhor usando a língua de sinais. Acho que é mais fácil, leve e suave. Eu gosto de conversar na língua de sinais, não preciso fazer esforço, pois a conversa flui. Os sinais saem sem eu pensar, muito melhor. Posso falar de tudo na língua de sinais. Eu aprendo sobre as coisas da vida, sexo, trabalho, estudos, tudo na língua de sinais. Eu gosto de encontrar com outros surdos só para conversar, pois consigo relaxar. Eu prefiro usar sinais, mais fácil, melhor. [S. 2000] (QUADROS, 2007).

Pensar a comunidade surda a partir desses enunciados que tratam dos agenciamentos faz parte de uma reflexão que vem acontecendo já no âmbito dos Estudos Surdos, como podemos verificar em Quadros (1997: 119)

A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as idéias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida para os surdos. Pensar sobre a surdez requer penetrar no ‘mundo dos surdos’ e ‘ouvir’ as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o conta entre os mundos

envolvidos, requer conhecer a ‘língua de sinais’. “Permita-se ‘ouvir’ essas mãos, pois somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem ‘ouvir’ o silêncio da palavra escrita.

\*\*\*

## 5.2 A DESTERRITORIALIZAÇÃO É POSSÍVEL

São esses movimentos em torno da língua de sinais que tornam possível a desterritorialização, como o convite feito pela autora: (“... *permita-se ‘ouvir’ essas mãos*”), pois desterritorializar-se é justamente *abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir* (GUATTARI e ROLNIK, 1986: 323). Esse movimento de abandono do território “é a operação de linha de fuga” e a reterritorialização é um movimento de construção de um novo território. Os agenciamentos, nesses movimentos, se desterritorializam e se reterritorializam num continuum indissociável. O que significa dizer que a desterritorialização forma um sistema de reterritorializações horizontais e complementares. Mas no processo de desterritorialização existe um perigo, o gosto pela desterritorialização, já que poderia aparecer uma pergunta: é possível então não ter um território?

Fatal agora pode ser o fascínio que a desterritorialização exerce sobre nós: ao invés de vivê-la como uma dimensão imprescindível da criação de territórios, nós a tomamos como uma finalidade em si mesma. E, inteiramente desprovidos de territórios, nos fragilizamos até desmanchar irremediavelmente. (ROLNIK, 1986: 1)

Paralelo a um movimento de desterritorialização acontecerá sempre um movimento novo de reterritorialização, pois segundo Deleuze e Guattari (1996: 41)

Jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos: mão-objeto de uso, boca-seio, rosto-paisagem. E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro. De forma

que não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua. Daí todo um sistema de reterritorializações horizontais e complementares, entre a mão e a ferramenta, a boca e o seio.

O que os autores apontam é que cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro e por isso, como dito anteriormente, forma um sistema de reterritorializações horizontais e complementares. No encontro com o contexto dos intérpretes de língua de sinais e a comunidade surda, significa pensar que os encontros surdo/intérprete formam um sistema de reterritorializações horizontais e complementares, já que no encontro as pessoas surdas reterritorializam os intérpretes e os intérpretes reterritorializam as pessoas surdas num continuum indissociável. Veja o trecho a seguir a respeito desta questão:

*As tramas que envolvem os ILS no momento da interpretação transcendem a carência de conhecimento lingüístico e cultural que o mesmo precisa ter para realizar tal função. Elas envolvem, também, o deslocamento subjetivo e pessoal que esse profissional experimenta.*

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p. 24.

A desterritorialização completa se dá através do pensamento, da criação. Para Deleuze e Guattari, o pensamento acontece no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar-se e desterritorializar-se é, então, criação e rompimento.

Quando pensamos em território, somos levados a nos referirmos invariavelmente à cultura, ao "local da cultura" (BHABHA, 2003) e à cultura experimentada numa dada comunidade com pessoas que, também, invariavelmente, compartilham alguns elementos, como pode ser muito bem exemplificada no "lugar da cultura surda" (PERLIN, 2005) na sociedade atual.

A comunidade surda tem sido representada pelo seu mundo visual (STROBEL, 2007), por uma língua que é "*a manifestação da diferença lingüística relativa aos povos surdos*" (STROBEL, 2007, p.

32) e por sujeitos que são múltiplos e protagonistas de suas próprias histórias. Os participantes dessa comunidade, apesar de compartilharem alguns signos e uma língua, se diferem com relação à raça, classe, gênero etc. e, portanto, criam novas culturas e novos signos para essas culturas 'menores' dentro de uma cultura 'maior', que é a cultura surda.

Geralmente as línguas demarcam territórios, territórios geográficos, e, a partir disso, estabelecem-se os povos. Esse não é exatamente o caso das comunidades surdas. Esse grupo, essa comunidade, está unida por uma língua, a língua de sinais, mas não tem um território geográfico demarcado, como acontece com outras línguas tomadas como línguas dominantes em detrimento de outras. Ainda assim, essa língua encontra território na sua atuação, que é um exercício de poder político, e limita a abertura de espaços e a multiplicação de potencialidades, justamente porque ela atua territorialmente e por isso cria agenciamentos que delimitam "a minha casa". Os agenciamentos de enunciação operam aqui da mesma forma que operam em outras línguas.

Cabe mencionar que as comunidades surdas têm sido referenciadas como povos. Segundo Strobel (2008: 31):

Quando pronunciamos “povo surdo”, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual, independente do grau de evolução lingüística, tais como a língua de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços.

A partir desse diálogo com Strobel é possível perceber que a comunidade surda, mesmo não compartilhando um território geográfico específico, compartilha referências que estão imediatamente atreladas à língua de sinais, mas que também estão atreladas a um espaço vivido e compartilhado com pessoas ouvintes, e esses compartilham também um código visual. O que fica claro é que surdos e ouvintes compartilham referências, territórios e são reflexo dos mesmos agenciamentos num sentido mais amplo e, portanto, compartilham, porque não dizer, a mesma cultura. A construção de um território é a operação de vários e diferentes agenciamentos e esse *movimento mútuo* de agenciamentos cria um território. Portanto, para descrever os agenciamentos é preciso delimitar, localizar e reconhecer os padrões de interação nesse contexto e, ainda assim, quando passarmos para uma ordem psicológica, certamente essa descrição não será suficiente para elucidar a operação

desses agenciamentos.

Pensar territórios surdos e ouvintes requer pensar no encontro dessas comunidades, que não só modificaram os territórios surdos, mas também os territórios ouvintes.

Deleuze e Guattari (1995) apresentam uma metáfora interessante para pensar esta questão. Segundo os autores

A orquídea se desterritorializa, formando uma imagem, um decalque de vespa; mas a vespa se reterritorializa sobre esta imagem. A vespa se desterritorializa, no entanto, tornando-se ela mesma uma peça no aparelho de reprodução da orquídea; mas ela reterritorializa a orquídea, transportando o pólen. A vespa e a orquídea fazem rizoma em sua heterogeneidade.

Ao mesmo tempo trata-se de algo completamente diferente: não mais imitação, mas captura de código, mais-valia de código, aumento de valência, verdadeiro devir.

Cada um destes devires assegurando a desterritorialização de um dos termos e a reterritorialização do outro. (p.6)

Imaginemos que nesta situação a orquídea é um sujeito surdo e a vespa um intérprete de língua de sinais<sup>24</sup>. A pessoa surda se desterritorializa, formando uma imagem, ela encontra uma linha de fuga no seu território surdo e propõem-se a novas relações com este território, consigo e com outros surdos. O intérprete de língua de sinais realiza o mesmo movimento no seu território ouvinte e no território dos intérpretes de língua de sinais, propõem-se a novas relações com esse território, consigo e com outros intérpretes. Isso gera efeitos no território surdo, que também lhe pertence, de certa forma. O intérprete então se torna uma peça chave no território da comunidade surda, mas ele reterritorializa o surdo, já que para abrir este espaço, o intérprete leva, para este novo território, suas experiências com a comunidade surda, sua experiência com a língua de sinais e suas experiências como ouvinte-intérprete.

A vespa e a orquídea fazem rizoma na sua heterogeneidade. O intérprete e o surdo fazem rizoma na sua heterogeneidade, juntos eles

---

<sup>24</sup> Não há relação com a aparência dos objetos envolvidos nesta metáfora, mas apenas com a relação de pertencimento e reterritorialização de um sobre o outro.

formam uma rede levando-se sempre em conta as suas diferenças e especificidades.

Não se trata, pois de imitação, tampouco captura de código, mas de vislumbrar as potências de cada contexto (surdo e ouvinte) e aplicar uma força sobre elas, gerando assim devires, que asseguram a desterritorialização tanto de surdos, quanto de intérpretes e suas reterritorializações.

A oposição agora não serve mais, pois, somente juntos, surdos e intérpretes, orquídeas e vespas podem assegurar a desterritorialização.

\*\*\*

### 5.3 CARTOGRAFIA DAS MULTIPLICIDADES: O MODELO RIZOMÁTICO

Deleuze e Guattari constroem seu pensamento, sua filosofia, através de um modelo rizomático, como os próprios autores denominam “teoria das multiplicidades”. Esse modelo rizomático se propõe a pensar os conceitos não hierarquizados, ou seja, os conceitos não partem de um centro, de um ponto, mas funcionam numa “pluralidade de encontros e agenciamentos”. Isso quer dizer que o rizoma é a cartografia, é o mapa das multiplicidades, e essas multiplicidades são a própria realidade. Deleuze e Guattari reconhecem que as totalizações são “processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades, mas elas não denotam nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito” (DELEUZE; GUATARI, 1995a: 8). É justamente esse mapa das multiplicidades que interessa a essa pesquisa, pois esse modo de pensar a realidade supera as dicotomias surdo/ouvinte, bom/mau, preto/branco.

Cada elemento que compõe esses conceitos nessa dicotomia carrega agenciamentos, e esses agenciamentos passam por multiplicidades.

Um rizoma não começa e nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção “e...e...e...” É que o meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas

adquirem velocidade. Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas duras margens e adquire velocidade no meio... (DELEUZE, 1995a, p.37)

Esse modelo rizomático adquire fundamental importância quando pensamos a história da própria educação de surdos marcada pela oposição surdo/ouvinte, e justamente essa delimitação de espaço entre as comunidades levou a implementação de determinadas metodologias educacionais que estavam e estão marcadas por essa oposição. A escola representa, para a comunidade surda em especial, um território de muitos conflitos, no sentido de que esse espaço impede e impossibilita na maioria das vezes, o livre fluxo do desejo como força criadora, e é justamente na escola que essa dicotomia surdo/ouvinte ganha força.

Foucault (1987) mostra como o controle das instituições opera sobre o corpo dos sujeitos, e, num encontro com os Estudos Surdos é o que Lopes (1998: 112-113) descreve:

O envolvimento diário do surdo com aulas, filas, silêncios, avaliações e terapias marcam as relações hierárquicas estabelecidas em seu cotidiano escolar regulador. Estas relações desiguais subjagam os surdos a viverem em uma cultura subalterna, (McLaren, 1997), que vem sobrevivendo durante a história camuflada nos corredores das escolas, no pátio, nos banheiros riscados, nas prótese auditivas perdidas ou quebradas, no movimentar das mãos em sinais etc. Todas essas informações de poder marcam, através da resistência, a cultura surda.

É na escola que as estratégias de poder operam sobre esses sujeitos. Esse espaço apresenta fundamental importância, pois é justamente sobre os corpos que operam os agenciamentos máqunicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação. A incidência desses agenciamentos sobre os corpos se reflete muito claramente nas relações que os sujeitos têm com a sua língua e com seus pares. Retornemos à noção de território desembocando numa infinidade de comportamentos. Como abordamos anteriormente, *“ele é o conjunto de projetos e*

*representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos”* (GUATTARI; ROLNIK, 1986: 323). Temos como exemplo, surdos com vergonha de usarem a língua de sinais ou a língua oral, incomodados quanto a sua (a)normalidade surda, e em ambos os casos, há a operação dos agenciamentos.

Segundo Strobel (2008)

Os povos surdos não são obrigados a ter a normalidade. A máscara não esconde o ser que é o surdo, o ser surdo que é humano... Quando a sociedade deixa o surdo ser ele mesmo, carece tirar as máscaras e assim chega o momento de o povo surdo enfrentar a prática ouvintista, resgatar-se e transformar-se no que é de direito: partes de nós mesmos, de termos orgulho de ser surdo! (p. 33)

A teia que envolve esses sujeitos, representada por esse modelo rizomático, tem fundamental importância na desconstrução da invenção do que é *ser surdo*, pois ao pensarmos em *rizoma* nos remetemos a “*estabelecer conexões transversais entre os estratos e os níveis, sem centrá-los ou cercá-lo, mas atravessando-os, conectando-os*”. (GUATTARI e ROLNIK, 1986: 322). O rizoma é “*(...) é feito de direções móveis, sem início nem fim, mas apenas um meio, por onde ele cresce e transborda, sem remeter a uma unidade ou dela derivar*” (PELBART, 2003: 216). O termo *ser surdo* tem sido empregado para apresentar quem são os sujeitos surdos, como vivem, quais são suas experiências, etc... Como podemos verificar em PERLIN (2005: 77)

A cultura surda é então a diferença que contém a prática social dos surdos e que comunica um significado. É o caso de ser surdo homem, de ser surdo mulher, deixando evidências de identidade, o domínio da ordem, como, por exemplo, o jeito de usar sinais, o jeito de ensinar e de transmitir cultura, a nostalgia por algo que é dos surdos, o carinho para com os achados surdos do passado, o jeito de discutir a política, a pedagogia, etc.

Nesse sentido, pode-se dizer que *ser* surdo é compartilhar experiências, mas elas são únicas e individuais, assim como “o jeito de usar sinais” ou “o jeito de discutir política, a pedagogia, etc.” remetem a um modelo de sinalização e de sujeito que seria alcançável às pessoas surdas e inalcançável às pessoas ouvintes. São justamente esses modelos de representação de sujeitos que se quer desconstruir por motivarem embates na aproximação entre as culturas. Certamente que sujeitos surdos compartilham um modo de interação com o mundo, que pode ou não estar ligada ao uso da língua de sinais, mas isso não caracteriza um jeito de *ser* surdo. Da mesma forma que *ser* ouvinte não significa interagir com o mundo unicamente através da língua oral. O rizoma é justamente isso, a impossibilidade de prever ou organizar os resultados dos encontros, das conexões, pois o rizoma se encontra sempre no meio, num conjunto de devires caracterizado pela multiplicidade de entradas e saídas e, principalmente, pela ausência de centro e de hierarquização. Nesse caso, a noção de *acontecimento*, segundo Foucault é bastante importante, pois ela se une à noção de *rizoma* proposta por Deleuze e Guattari e abre campos de possibilidade de se pensar a própria noção de *territórios*, tendo em vista também que o rizoma só funciona quando as oposições se desfazem.

O modo como Michel Foucault (2006) olha para esse objeto, a noção de *acontecimento*, é particularmente interessante, pois a partir dele, podemos delinear quais são as condições de possibilidade para estudar como se constituem os saberes e os discursos sobre os surdos, como mudaram e se transformaram, identificando assim os discursos que circulam e que são tomados como verdades absolutas na comunidade, no caso, a sinalizante.

Michel Foucault, principalmente na obra *A Arqueologia do Saber* (1969), apresenta a noção de acontecimento e sua relação com o discurso e o não-discurso. Para o autor, antes de tudo é preciso perguntar o porquê da ocorrência deste ou daquele discurso.

Segundo Foucault (2006) o acontecimento é

O acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a

propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (p.57-58).

O autor aponta então para uma materialidade do acontecimento que ativa a sua anunciação. Portanto, deve-se olhar para o instante em que aparece e para os efeitos que ele produz na sua dispersão. Essa dispersão ainda possui uma regularidade na produção dos sentidos, isso significa dizer que o enunciado é apreendido como discurso e acontecimento e produz assim sentidos na relação com outros enunciados (Foucault, 1972).

Isso fica claro ao tratarmos das questões surdas e da escolha das edições da Revista da Feneis para comporem este trabalho. A revista número 27 trata do momento de maior importância para a comunidade sinalizante que é o reconhecimento da Libras. Um acontecimento porque o enunciado é apreendido como discurso e então produzem-se sentidos na relação com outros enunciados, aparece assim a dispersão, e as reportagens que tratam da formação de professores surdos para o oferecimento da Língua Brasileira de Sinais como disciplina tanto para surdos como para ouvintes e o Prolibras - Exame Nacional de Proficiência em Libras – que certifica professores e tradutores/intérpretes de Libras.

Um fato então se transforma em acontecimento quando ele é delineado, estudado, analisado, etc. seja em forma de pesquisas, publicações, debates ou aulas, conversas, entrevistas, etc. Dessa forma o que era fato, torna-se parte do cotidiano de discussão das pessoas, fazendo funcionar uma memória.

Para Foucault a noção de acontecimento é bastante singular, pois ela difere da forma como os historiadores vêm traçando a História. Ela é normalmente dividida em longos períodos a partir de grandes acontecimentos. Esses acontecimentos-divisores repercutem na marcação antes-depois, pois são encarados a partir das noções de causa-efeito. Para Foucault (1979) a noção de acontecimento apresenta um configuração rizomática:

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra os seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo

na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. Elas também não se manifestam como formas sucessivas de uma intenção primordial; como também não têm o aspecto de um resultado. Elas aparecem sempre na álea singular do acontecimento. (p. 28)

Foucault ainda aponta que, uma vez considerado o fato como acontecimento discursivo, ele agora inscreve-se no campo arqueológico que vai apontar como o saber aparece, a partir de um repertório discursivo sobre o acontecimento, para ele “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (Foucault, 2006, p. 26)

Portanto, utilizar também uma noção foucaultiana, que diz respeito à arqueologia, isso quer dizer *como* o saber sobre o surdo aparece, como ele se transforma e como se modifica, além de mostrar que alguns destes saberes simplesmente desaparecem, enquanto outros se transformam a ponto de serem entendidos com estatuto de *verdade*, as ferramentas que Michel Foucault disponibiliza, a partir de seus escritos, e que o autor tomou emprestado de Friedrich Nietzsche, auxiliam esta pesquisa, no sentido de que o autor não limita-se apenas ao discurso para dar conta da formação histórica de um determinado objeto. Para ele (2006: 10) “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”

Segundo Foucault, numa clara apresentação sobre como o saber sobre o louco aparece em nossa sociedade, fica evidente que a noção de acontecimento, unida à noção de arqueologia, apresenta a invenção do louco como primeira providência antes do confinamento, que é uma segunda estratégia. Definir quem é, quais são os comportamentos, as evidências para se saber quem é o louco, como diagnosticar, faz parte de um conjunto de estratégias que são aplicadas para o confinamento, segunda estratégia. Depois de descritas as características desse *louco*, um domínio de saber é inventado, pois esse domínio vai dar conta de tratar desse sujeito como um doente mental. A partir daí surge a psicologia, a pedagogia, etc... como campos onde esse saber é então disseminado e tomado como verdade. Nesse contexto, a figura do surdo, pode ser entendida sob a mesma perspectiva, haja vista que inventamos a figura do surdo, dissemos quais são suas características, como identificamos, como diagnosticamos, inventamos um domínio de saber para tratar esses sujeitos, que pode ser um tratamento médico ou

pedagógico, para, por fim, legitimar um discurso em torno da surdez com ajuda de especialistas, psicólogos, médicos, linguistas, pedagogos e, por que não, tradutores/intérpretes.

Nesse sentido, os intérpretes de Libras têm contribuído na consolidação destes discursos que caracterizam um *ser* surdo e que provocam a manutenção da dicotomia (nós/eles, bem/mal, certo/errado, preto/branco), pois se entende que *eles*, os intérpretes, assumem um papel fundamental de divulgação por meio da interpretação da fala dos surdos das questões surdas dentro da comunidade ouvinte. São eles ainda que apresentam em Língua de Sinais os discursos que a comunidade ouvinte apresenta sobre o surdo e sobre o *ser* ouvinte, agravando ainda mais a dicotomia e contribuindo para a legitimação do discurso em torno das questões surdas, seja o discurso articulado por surdos ou por ouvintes.

Para Foucault, o acontecimento funciona como um nó que encerra uma entrada e abre possibilidades para as ramificações. Esses nós, portanto, impossibilitam a linearidade dos acontecimentos e provocam o reordenamento do rizoma. Toda essa teia, esse sistema de nós e ramificações, é, para Foucault a “condição de possibilidade” para que o discurso se sustente e, assim que encontrar um furo nessa teia, possa inaugurar uma nova trama.

O intérprete então pode inaugurar uma nova trama. Veja os seguintes trechos da Revista da Feneis:

*Muitas são as “desconstruções” que os intérpretes têm de enfrentar no espaço universitário, pois um novo ambiente lingüístico e cultural entra em cena para esse profissional, uma vez que esse espaço, assim como outros, oferece uma gama de desafios.*

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p. 23

A “operação de linhas de fuga” e o convite “permita-se ouvir essas mãos” fazem parte do processo de desterritorialização. Mas para que a ruptura das regras possa acontecer é preciso que se quebre também com as relações de poder que regem esses “acontecimentos”.

## 6. ANÁLISE DOS DADOS

### 6.1 DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Com base em dados empíricos e algumas experiências no contato com a comunidade surda, como foi descrito no capítulo 1, subitem 1.1: A minha história com a língua de sinais: a minha (des)territorialização, que compõe a introdução deste trabalho, e das leituras realizadas para esta pesquisa, uma hipótese é apresentada para a desconstrução da oposição entre surdos e ouvintes a partir do intérprete de língua de sinais.

- O intérprete de Libras pode aproximar as culturas surdas e ouvintes.

Conforme apresentado no capítulo 2, para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas as seguintes revistas da Feneis, conforme mencionado no capítulo que compõe a metodologia deste trabalho, sendo elas:

ANO VI • Nº 27 • janeiro a março de 2006.

ANO VI • Nº 29 • julho a setembro de 2006.

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007.

ANO VII • Nº 34 • outubro a dezembro de 2007.

A Revista da Feneis aparece então neste trabalho como uma possibilidade de explorar uma publicação da própria comunidade surda, que vem representando seus anseios, investigações, perspectivas e reivindicações. Como tratado anteriormente, a Revista da Feneis é referência tanto para a comunidade surda como para a comunidade ouvinte interessada nas questões surdas.

A Revista possui publicações que são disponibilizadas em seu site e por isso alcançam um público bastante grande utilizando este tipo de estratégia. As edições selecionadas fazem parte daquelas que estão disponíveis para pesquisa online.

A partir das categorias que foram identificadas ao longo do texto, ou seja, Identidades, Acontecimento, Desterritorialização e Outras questões, rompe-se com a oposição entre surdos e ouvintes a partir do intérprete de Libras.

Os recortes da revista ajudaram a situar os conceitos, as teorizações, as perspectivas e possíveis leituras dessas passagens. Neste capítulo, será apresentada uma análise mais detalhada das categorias

elencadas, sendo retomados os recortes que já foram citados ao longo da discussão mais conceitual e teórica e incluídos novos recortes. O objetivo será analisar cada uma destas categorias para desconstruir a oposição entre surdos e ouvintes, a partir do intérprete de língua de sinais.

## 6.2 ANÁLISE DOS DADOS

### Categoria 1: Identidades

As Identidades aparecem neste trabalho como o lugar de partida para pensar uma possível desterritorialização.

As identidades surdas ganham força quando olhamos para a história da comunidade surda. É possível verificar em vários estudos e pesquisas em educação de surdos o uso recorrente do conceito de identidade para demarcar o espaço surdo.

As Identidades Surdas, apresentadas no capítulo “Artefatos constituintes da cultura surda: o intérprete de língua de sinais” demarcam um ponto de partida para pensar a comunidade surda e os próprios intérpretes de libras.

As identidades surdas têm orientado o modo como os intérpretes de libras interagem com as pessoas surdas tendo como base essas identidades. A Identidade Surda Híbrida, segundo a descrição da autora Gládis Perlin, é composta por pessoas que nasceram ouvintes, mas que por conta de algum acidente, doença, etc. fica surda. Essa pessoa carregaria características como, pouco entendimento da língua falada e a sua escrita obedeceria à estrutura da língua de sinais, dentre outras características. Esses comportamentos marcam então as possibilidades de interação com as pessoas surdas, pois o intérprete também assumiria uma posição diferente para cada “tipo” de surdo.

O que facilmente podemos identificar é que este modelo para interagir com as pessoas surdas ressalta ainda mais as dicotomias entre surdos e ouvintes, já que os intérpretes neste sentido assumem uma posição bastante perigosa que é de oportunizar a entrada de surdos com identidades flutuantes, por exemplo (que são aqueles sujeitos dependentes do mundo ouvinte, que demonstram resistência à língua de sinais não participando da comunidade surda ou orgulham-se de saber falar corretamente, dentre outras características elencadas por Perlin) no mundo surdo. O que tem acontecido é que, muitas vezes, o intérprete de libras assume para si a responsabilidade em tornar a identidade surda

cada vez mais próxima do mundo surdo ou mais próxima dos parâmetros do mundo ouvinte.

*Esse contexto é parte constituinte das identidades desses profissionais e das subjetividades que se traduzem na maneira como o intérprete olha para si mesmo e para seu público alvo, seja de maneira racional ou não “racional”.*

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p.24

A própria autora atenta ao final de sua publicação que as identidades surdas são bastante complexas e estão em constante alteração, podendo serem identificadas ainda outras identidades como surdos filhos de pais surdos, surdos que não possuem contato com outros surdos, surdos que nasceram na cidade, etc. e toda esse inventário, que pode ser inclusive individual, não pode delimitar os acessos e as escolhas das pessoas surdas.

É possível ainda atentar para o fato de que a Identidade Surda (aquela onde as pessoas surdas afirmam a experiência visual como determinante para o uso da língua de sinais, adotando um comportamento surdo e, portanto, assumindo uma posição de resistência trazendo outros surdos para participarem da sua comunidade surda e dos movimentos surdos, inclusive exigindo a presença de intérpretes, educação e meios tecnológicos necessários à afirmação da sua *diferença* surda) tem sido vista por um certo número de ouvintes-intérpretes como desnecessária e revolucionária.

*Observe a diferença da “fronteira” (Babha, 1998) que nos distancia e o modo como eles nos tratam. (grifo meu)*

- Ana Regina e Souza Campello –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.21

*Lembramos, no entanto, que a missão de ver surdos bem preparados e integrados, com melhores condições de educação, e, conseqüentemente, de vida e participação em nossa sociedade apenas começou.*

- Antonio Mario Sousa Duarte –

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006. p.3

*É preciso muita mobilização para que a sociedade de um modo geral tenha mais conhecimento de nossas causas, de nossos direitos. É fundamental aproveitar a oportunidade para divulgar a Libras. A unidade e força do surdo fazem com que os poderes locais percebam a importância de nossos movimentos e reivindicações.*

- Antônio Mario, em entrevista à Revista da Feneis, por Nádia Mello-

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006. p.11

Essas características, principalmente da Identidade Surda, aparecem nas páginas da Revista da Feneis sem utilizar o título Identidade Surda, mas descrevendo comportamentos que os próprios surdos devem eleger como prioridades para tornarem-se líderes, como vemos nos trechos a seguir:

*Aproveite todos os momentos para estabelecer contatos governamentais, particulares, estatais, com associações de surdos-mudos e muitos outros. Participe das conferências, seminários, cursos. São ótimos para aprender as variedades de assuntos. Conheça Surdos-Mudos e Não-Surdos-Mudos de sucesso e de liderança que fazem o mesmo que você.*

- Ana Regina e Souza Campello –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.22

*Aprenda a conhecer a história dos Surdos-Mudos, fatos narrativos, piadas, lutas e folclores e tire frutos com as experiências deles. Peça sempre o seu conselho, seja atencioso e perceba a importância de ter bons colegas, pois também eles podem ajudar a construir a liderança.*

- Ana Regina e Souza Campello –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.22

*Não deixe de aceitar vários trabalhos dentro da Associação ou trabalho beneficente, mesmo que estes não signifiquem nenhuma subida na hierarquia. Quanto mais conhecer as associações, cultura, identidade e Língua de Sinais, melhor para si e para a sua formação como líder.*

- Ana Regina e Souza Campello –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.21

*Uma das nossas preocupações é o fortalecimento do trabalho das Associações dos Surdos, cujas atividades desenvolvidas estão diretamente ligadas às nossas idéias e convicções.*

- Antonio Mario Sousa Duarte em entrevista a Nádia Mello –

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006, p.11

Esses recortes revelam características de pessoas surdas com Identidades Surdas. Assim então muitas declarações surdas têm sido julgadas a partir desse entendimento errôneo acerca da constituição dos sujeitos surdos com Identidades Surdas.

No caminho daquilo que pode ser determinado como Identidades, ou seja, aquilo que define o que é *ser* surdo foi possível já apontar para os motivos pelos quais a revista da Feneis foi escolhida para compor a estratégia de investigação da pesquisa, que é justamente o fato de servir para apresentar as questões surdas, ou seja, o ponto de partida.

O trecho a seguir foi selecionado para compor a categoria Identidade, pois o modo como a questão das Identidades têm sido apresentado à comunidade surda, que tratamos no capítulo 4: Artefatos constituintes da Cultura surda: o intérprete de Língua de Sinais, parece bastante problemático. Para a comunidade surda, marcar as identidades em Identidades Surdas de Transição, Identidades Surdas Incompletas,

Flutuantes, Híbridas e Identidades Surdas, têm também marcado e delimitado o acesso das pessoas surdas às comunidades ouvintes e delineado ainda com mais precisão que é o surdo. Conforme discutimos no capítulo, essas identidades têm criado também no intérprete de Libras a pretensão a categorizar a sua própria relação com as pessoas surdas e com outros profissionais intérpretes, como é possível identificar na pesquisa de Santos (2006), onde a pesquisadora em conversa com outros ILS afirma que

... desde que iniciei meus diálogos com os ILS, os quais narraram a questão do assistencialismo, da caridade, das formações dos ILS que passam atualmente por um movimento de profissionalização, foi possível inferir que esses traços apresentados compõem as marcas culturais desses profissionais que se constituem de forma singular na área da interpretação. Isso nos leva a crer que essas mesmas marcas culturais constituem as identidades dos ILS, que são múltiplas e dinâmicas. (p. 97)

Nesse sentido o domínio da Língua de Sinais aparece como uma estratégia para determinar surdos e não surdos, intérpretes e não intérpretes. Uma estratégia bastante perigosa para pensar o livre movimento das pessoas surdas e ouvintes em torno das línguas.

Neste trecho então você pode identificar um discurso bastante enfático de que a Língua de Sinais é um artefato valioso para a comunidade surda, principalmente no campo educacional.

*Agora sim, há razões palpáveis, pelo menos no campo das legislações, para que a questão da inclusão ganhe um novo discurso. Na verdade, que assuma um discurso mais voltado para a realidade do surdo: o de que não há inclusão educacional para o surdo sem o reconhecimento e a prática da Língua Brasileira de Sinais em salas de aula.*

- Antonio Mario Sousa Duarte –

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006, p.3

A esse contexto a pesquisadora Santos (2006) nos auxilia quando apresenta os embates que as pessoas surdas e os intérpretes de Libras têm travado quando a Língua de Sinais atinge esse patamar de importância para ambos. Segundo ela

As contribuições vindas por parte dos intérpretes, na grande maioria das vezes, não entram em pauta e são olhadas de forma desconfiada por parte das pessoas surdas. Essa desconfiança transparece em algumas narrativas surdas de que os ILS não desejam se organizar profissionalmente e sim controlar os grupos surdos, uma vez que essas pessoas são usuárias da LS e podem ensiná-la, na visão surda. O receio de perder a legitimidade em ensinar a LS faz com que os surdos não visualizem as outras possibilidades que a presença do profissional ILS suscitará nesse espaço. (p. 95)

A discussão em torno das identidades surdas e, conseqüentemente em torno da língua de sinais, tem gerado uma prática bastante forte em relação à formação de professores. Portanto, os discursos em torno das identidades tem se refletido em políticas públicas para a formação de professores de Libras e para a própria formação dos intérpretes de Língua de Sinais, como podemos ver no trecho a seguir:

*Todos os problemas começam quando a criança surda se prepara para ingressar nas escolas. Precisamos em todos os níveis de educação ter professores capacitados para o relacionamento com os surdos.*

- Antônio Mario Sousa Duarte –

ANO VI • Nº 29 • Julho a Setembro de 2006, p.3

Todavia, o que se percebe é que, ao longo da história, conforme apresentamos no capítulo A presença ouvinte na história da educação de surdos no Brasil, essa aproximação entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte, a partir do contexto educacional, passou a ser também um local de distanciamento, tendo em vista os modos de educação aplicados à comunidade surda por uma pequena parcela da comunidade ouvinte. Como vimos no capítulo, a história da educação de surdos foi e continua sendo marcada por estratégias segregacionistas e se reflete em estratégias segregacionistas de uma pequena parcela da comunidade surda em relação à comunidade ouvinte, com uma forte menção aos termos *nós* e *eles*:

*Se nós, os surdos-mudos, temos o nosso modo de ser e podemos fazer como os não-surdos-mudos fazem, por que não começamos a fazer? Por que não? (grifo meu)*

- Ana Regina e Souza Campello –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.22

*Em situações nas quais pessoas ouvintes ou surdas enunciam discursos do tipo “não entendi o que ele (referindo-se ao intérprete) está falando ou sinalizando; há muitos erros no que ele sinaliza, esse intérprete é fraco, entre outras atitudes” constituem exemplos que causam constrangimento, vergonha e baixa auto-estima para o profissional ILS. (grifo meu)*

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p.24

*Para o assistente-administrativo da Feneis em São Paulo, Gérson Lima de Almeida, é preciso garantir que as idéias dos candidatos cheguem a todos os eleitores, indistintamente. “Os surdos também são cidadãos, também vão às urnas. Da mesma forma que os ouvintes, eles precisam conhecer as propostas dos candidatos para decidir em quem votar”, defende. (grifo meu)*

- Gérson Lima de Almeida –

ANO VI • Nº 29 • Julho a Setembro de 2006, p.6

As identidades surdas têm impulsionado a invenção dos territórios surdos e esses territórios por sua vez inventam a criação de territórios ouvintes. Como discutimos no capítulo 5, os territórios são importantes para, como Guattari & Rolnik (1986) propuseram, definir representações que por consequência definem os parâmetros de comportamento e investimentos nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos e para, conforme Foucault, indicar o

modo como os sujeitos se inscrevem nas diferentes formas de discurso. O *nós* e *eles* é então dentro e fora (Pesavento, 2004), dependendo do lugar onde o sujeito está posicionado e consegue ver o outro.

A pesquisadora Santos (2006, p.103) auxilia nessa discussão quando diz que “as identidades não são auto-suficientes, elas precisam de um processo relacional que lhes dê condições de existência”, assim facilmente encontraríamos dois grupos distintos como *nós* e *eles*, *bem* e *mal*, *certo* e *errado*, corroborando as dicotomias.

O que parece ser a simplicidade das identidades surdas, na verdade tem impulsionado as forças que cada vez mais enrijecem as dicotomias entre surdos e ouvintes, impedindo assim a criação de novos territórios surdos e novos territórios ouvintes.

## Categoria 2: Acontecimento

Como foi apresentado no capítulo 5, subitem 5.3 Cartografia das multiplicidades: o modelo rizomático, a noção de acontecimento em Foucault, aliada à de rizoma em Deleuze e Guattari, é bastante interessante para pensar a criação de novos territórios surdos e ouvintes, pois é ela que impede que conjeturamos, antevemos os efeitos de determinados encontros, de novos territórios, novos modos de ser surdo ou ouvinte, é *estar* e não *ser*. Isso significa pensar que nos desfazemos por completo das categorias que descrevem os sujeitos.

Quando esses acontecimentos se realizam então é possível pensar em rizoma, como aponta Deleuze (1995: 37) “A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a conjunção e...e...e...” e continua “... Entre as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega de uma para outra, riacho início nem fim, que rói suas duras margens e adquire velocidade no meio”. Esse tipo de acontecimento foi bastante difícil de encontrar nas páginas da Revista que, de certa forma, a todo o momento descreve ainda a árvore e não suas raízes.

*Fazíamos divulgação, através de palestras por todo o Brasil, para que os próprios surdos tomassem conhecimento e mais consciência da Libras. Hoje em dia os surdos estão com outra mentalidade, estão abertos para novos desafios, mudança em geral; o contato com os surdos e ouvintes também melhorou bastante. Os surdos estão sendo valorizados, estão mais independentes.*

- Fernando de Miranda Valverde –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007, p.17

Sem as descrições do que é ser surdo seria possível então inventar novos modos de ser intérprete de Libras:

*Nesses lugares empíricos de atuação, a interpretação ocorria de maneira informal, não desencadeando o autêntico papel do intérprete de Língua de Sinais e nem as implicações de sua presença naquele espaço.*

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007.p.23

Uma das principais contribuições desses conceitos para pensar as questões da comunidade surda seria a possibilidade de livrar-se daquilo que, há muitos anos, causa um incômodo na comunidade surda: a oralização. Quando nos desprendemos das categorias, a partir desse modelo rizomático, os efeitos dos acontecimentos se tornam imprevisíveis, a oralização seria (e é) um acontecimento e, portanto os efeitos seriam (e o são) individuais, únicos. Teríamos então, quem sabe, a oralização como possibilidade de desterritorialização e não de oposição.

*...três pontos fundamentais do trabalho realizado no Centro para a Educação de Crianças Surdas: a oralização, a comunicação total e o bilingüismo. “A oralização foi o trabalho que minha mãe fez comigo. Usamos o método verbotonal. Já a comunicação total usa todo e qualquer meio que pode ser usado para se comunicar; e o bilingüismo é o estudo de Libras, que, para os surdos, é a língua materna, e o Português, que é a nossa segunda língua”, explica.*

- Luciana Ruiz –

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006 p.9

*No início eu achava que os surdos que aprendessem só a Língua de Sinais ficariam limitados, mas depois vi que ela é de grande importância.*

- Luciana Ruiz –

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006 p.9

Os acontecimentos na comunidade surda se refletem na atuação dos intérpretes de Libras, como podemos ver nos trechos a seguir:

*Hoje, surdos estão dentro de universidades federais cursando mestrado e doutorado em Lingüística e Educação e fazendo Pós – Graduação. (grifo meu)*

- Shirley Vilhalva em entrevista à Revista da Feneis –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p. 17

*A realização de convênios com empresas que valorizam e apostam no potencial da pessoa surda foi de fundamental importância em nossa estruturação. (grifo meu)*

- Walcenir Souza Lima em entrevista à Revista da Feneis –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p. 17

*A trajetória de conquistas inclui ainda o telefone para surdos, legenda na tevê, intérprete de Libras nas faculdades etc. (grifo meu)*  
- Revista da Feneis –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p. 19

Essa aproximação cada vez mais intensa faz aparecer alguns atritos, como menciona Santos (2006)

... a forma como o ILS representa o grupo surdo e como traz a própria imagem de si perante as comunidades envolvidas na interpretação, isto é, entre surdos e ouvintes. Ocupar o “entre-lugar” nesses espaços requer desconstruir valores, crenças, discursos e se tornar o mais imparcial possível, pois sabemos que a neutralidade é algo complexo na interpretação, uma vez que é difícil alguém se despojar por completo do próprio eu para dar conta dessa atividade. Por isso, os ILS estão em constante transição a cada interpretação que realizam em diferentes espaços, construindo outras identidades.(p.97)

Nos trechos destacados acima ainda é possível notar que existe uma preocupação da própria comunidade surda em fazer o intérprete de Libras acompanhar os movimentos e acontecimentos da comunidade surda. Esses acontecimentos, como sublinhados nos trechos, apontam para a autonomia das pessoas surdas, nunca esquecendo a importância dos intérpretes de Libras como parceiros, tendo em vista principalmente que o número de intérpretes cresce significativamente.

*Essa realidade passa a alterar-se nas últimas décadas, nas quais estamos acompanhando um crescimento significativo por parte de intérpretes oriundos da área educacional, das mais variadas licenciaturas.*

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p. 19

O próprio movimento das pessoas surdas alerta os intérpretes de libras para uma questão crucial, antes pouco discutida, que é a formação dos intérpretes para atuarem nos mais diversos espaços.

*Questões como a formação desse profissional, a profissionalização dos intérpretes, a criação das associações de intérpretes que visam garantir direitos e discussões políticas relacionados a esse grupo, a saúde e as conseqüências do excesso de trabalho para esse profissional, são alguns dos temas refletidos à luz de perspectivas lingüísticas, culturais e sociais.*

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p. 19

### Categoria 3: Desterritorializações

Se você atentar verá que aparecem poucos recortes sobre desterritorializações ao longo do texto. E isso não é porque não foi possível encontrar desterritorializações nas páginas da Revista da Feneis, mas porque identificá-las logo no início poderia incitar a definições de certo padrão de desterritorializações. Ao contrário disso, a desterritorialização é individual, é um movimento de saída, de fuga, de desprendimento e renúncia e nem sempre é uma tarefa fácil identificar.

*Muitas são as “desconstruções” que os intérpretes têm de enfrentar no espaço universitário, pois um novo ambiente lingüístico e cultural entra em cena para esse profissional, uma vez que esse espaço, assim como outros, oferece uma gama de desafios.*

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p. 23

*As tramas que envolvem os ILS no momento da interpretação transcendem a carência de conhecimento lingüístico e cultural que o mesmo precisa ter para realizar tal função. Elas envolvem, também, o deslocamento subjetivo e pessoal que esse profissional experimenta.*

- Silvana Aguiar dos Santos –

ANO VII • Nº 32 • junho de 2007. p. 24.

Os efeitos decorrentes do encontro das línguas, que produzem, dentre tantos outros, novos modos de os sujeitos representarem-se, nomearem-se e definirem-se, como muito bem aponta Rajagopalan, está acompanhado daquilo que Suely Rolnik (1989) aponta como “um processo galopante de desterritorialização”, que é a rapidez com que é possível, hoje, abrir mão de certos padrões de interação e comportamento. A desterritorialização aparece quando renunciando a esses padrões, individualmente, desfrutamos dessa “rápida desaderência” (Rolnik, 1989). Pensar essa desaderência quando do encontro das línguas é uma possibilidade de intensificar esse processo de desterritorialização, já que os nossos padrões culturais de comportamento, linguagem e interação podem colidir com os padrões culturais que estão envolvidos na outra língua. Assim fica fácil perceber que o universo em que estão envolvidas as línguas é bastante rico para pensarmos a desterritorialização e reterritorialização dos sujeitos.

Numa interlocução dos Estudos Surdos com a autora acima mencionada, Santos (2006) nos apresenta de modo bastante intenso as questões que estão envolvidas quando do encontro das línguas e de uma desaderência possível. Segundo ela

...esses profissionais se deslocam entre fronteiras culturais (de surdos e ouvintes) e se constituem politicamente nesses espaços sociais e culturais que desencadeiam relações amplamente complexas. Relações essas de contestação cultural, de pertencimento ao grupo de surdos são algumas das exigências quando nos posicionamos nas fronteiras entre a LS e o português. Esse lugar nem sempre é confortável, pois vivenciamos relações de tensão cultural, em traduzir signos que nem sempre são traduzíveis, de enunciar as diferenças culturais por meio da interpretação, que às vezes se torna limitada. Estar aberto a esses embates pessoais e culturais deslocando-se frequentemente a cada interpretação realizada, me convoca a refletir sobre a tradução cultural. (p. 30)

Esse espaço de deslocamento (Santos, 2006) que os intérpretes de Libras têm ocupado, leva esses profissionais a experimentar rotineiramente a des-re-territorialização. Abandonam o seu lugar de origem e se reterritorializam nesse espaço inventado, que logo é

abandonado quando o personagem “intérprete” não se faz mais necessário.

Segundo Santos (2006)

Ao conviver e se constituir nessas fronteiras culturais, quando os ILS “voltam para casa” levam consigo elementos lingüísticos, sociais, culturais de ambas as línguas envolvidas no ato de interpretação. Esse movimento cultural marca a alteridade desses profissionais e coloca em cena as *identidades híbridas* dos ILS. (p. 33)

Por isso, vale mencionar aquilo que Deleuze aponta como “rizoma”, que é justamente a possibilidade de essas “voltas para casa” estarem recheadas de novas experiências e experimentações.

E como tratamos anteriormente a desterritorialização completa se dá através do pensamento, da criação. Para Deleuze e Guattari, o pensamento acontece no processo de desterritorialização. Pensar é desterritorializar-se e desterritorializar-se é, então, criação e rompimento.

Categoria quatro: Outras questões

A quarta categoria elegeu-se neste trabalho como a possibilidade de apresentar a Revista da Feneis como potencia para apresentar práticas, discursos e servir de referencial teórico para pesquisas e publicações.

Esta revista vem apresentando desde sua criação a história dos movimentos surdos, as questões da comunidade sinalizante, suas reivindicações e conquistas. Nos recortes é possível perceber que ela é um espaço importantíssimo no registro da história das pessoas surdas no Brasil e para a mobilização em torno das suas reivindicações.

*É uma oportunidade de avaliar a caminhada, refletir sobre as conquistas e o que ainda falta trilhar.*

- Revista da Feneis -

*Dessa forma, a manifestação realizada no Ceará e a passeata ocorrida em São Paulo, ambas promovidas pela Feneis naquelas regiões, lembraram os direitos educacionais e a importância das classes especiais, chamando a atenção para a Lei 10432/02 e a sua posterior regulamentação.*

- Revista da Feneis –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.3

*Sem dúvida alguma, o que está por trás de tantas novidades é o objetivo que sempre acompanhou a trajetória da Feneis: um atendimento adequado e excelente aos surdos, familiares e pessoas envolvidas com a causa.*

- Revista da Feneis –

ANO VII • Nº 34 • outubro-dezembro de 2007. p.3

*Vitória! Vitória! São os gritos que ecoam em todos os cantos do nosso país em que se faz presente a comunidade surda.*

- Revista da Feneis –

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006 p.3

*A Feneis esteve presente no início desse processo, quando diversas cidades e municípios brasileiros foram reconhecendo a Libras, e, mais tarde, na oficialização, por ocasião do Governo Fernando Henrique Cardoso. Estivemos participando ativamente dos trâmites que nos levaram a essa conquista, unindo a comunidade surda em torno dessa questão, que culminou, no Governo Lula, com a regulamentação.*

- Revista da Feneis –

ANO VI • Nº 27 • Janeiro a Março de 2006 p.3

Essa categoria contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa, auxiliando com dados históricos, reportagens e publicações de pesquisadores que têm proposto novos olhares acerca das questões surdas e das questões dos intérpretes de língua de sinais. Esse vasto material, que recebeu um recorte bastante acentuado neste trabalho pode contribuir além das questões aqui propostas, já que recebe publicações de pessoas surdas, ouvintes, familiares de surdos, intérpretes e pessoas que de alguma forma se unem às questões surdas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daquilo que sabes conhecer e medir, é preciso que te despeças, pelo menos por um tempo. Somente depois de teres deixado a cidade verás a que altura suas torres se elevam acima das casas.

Friedrich Nietzsche,  
Humano, demasiado humano.

Para Foucault um *acontecimento* gera uma prática, que gera em seguida um discurso e por fim este gera ordens de domínio de conhecimento e de especializações. Portanto, a produção de *verdades*, o saber, sobre determinadas práticas, produz efeitos de poder, e o poder, por sua vez, produz saber, como claramente apresenta Foucault. E como claramente podemos ver em torno das questões surdas, a prática dos intérpretes de Libras junto à comunidade surda, gera discursos em torno desta presença, gerando ordens de domínio de conhecimentos e de especializações e produzindo assim, verdades sobre essas práticas. O *acontecimento* é, portanto, entendido aqui como, essa presença que determinou a criação de um *lugar* para o intérprete dentro da comunidade sinalizante. Um território que é inventado de fora para dentro e de dentro para fora, inventado pelos intérpretes e pelas comunidades surdas e ouvintes. A invenção deste território produz efeitos de poder que se refletem na relação de oposição entre os surdos e intérpretes, ouvintes.

A perspectiva apresentada por Gilles Deleuze e Felix Guattari, que é a noção de territorialidade, auxilia a pensar o lugar ocupado pelo intérprete, ouvinte, na própria comunidade surda.

A desterritorialização dos intérpretes de língua de sinais é o caminho para o rompimento da relação de oposição entre surdos e ouvintes, pois deslocar-se implica olhar para o outro como desconhecido, novo, inédito e assim ao desterritorializar-se, criando sempre um novo território, reterritorializando um outro eu em outro território é necessário abandonar categorias como surdo/ouvinte, certo/errado, bem/mal... como Michel Foucault propôs na Introdução de O Antiédipo

Livrem-se das velhas categorias do negativo (a lei, o limite, as castrações, a falta, a lacuna) que por tanto tempo o pensamento ocidental considerou

sagradas, como forma de poder e modo de acesso à realidade. Prefiram o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os agenciamentos móveis aos sistemas.”

A desterritorialização ainda parece distante, mas esta realidade, de certa forma vem se alterando com a formação dos intérpretes de Libras a partir de cursos presenciais como o Letras-Libras Bacharelado na Universidade Federal de Santa Catarina, com a regulamentação da profissão de intérpretes de Libras com a Lei número 12.319/10 esobretudo, com a participação cada vez mais ativa dos intérpretes de Libras junto à comunidade surda como parceiros dos movimentos políticos. Estas estratégias vêm possibilitando a reorganização das questões em torno da formação destes profissionais e, principalmente a respeito da importância do lugar que ocupa na comunidade surda e na comunidade ouvinte.

É preciso ainda que os sujeitos, tanto intérpretes quanto surdos, compreendam que os territórios podem ser compartilhados, não porque os intérpretes estão numa suposta fronteira cultural, entre duas línguas, culturas, sujeitos, contextos mas porque tanto surdos quanto intérpretes estão sujeitos as mesmas forças que regem os sistemas educacionais, políticos, sociais.

As possibilidades, agora reais, de surdos com formação acadêmica em níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado ocuparem cada vez mais hoje no Brasil, espaços e representações antes não vislumbradas, é também uma possibilidade de intérpretes apresentarem seus trabalhos para públicos bastante diversos. Com facilidade, ligamos a televisão e podemos nos perguntar: Por que esse intérprete de Libras está na TV? Quem é ele? Para quem ele sinaliza? Essas perguntas ilustram o cenário brasileiro atual em relação às pessoas surdas e aos intérpretes de Libras.

Em primeiro lugar, e respondendo à primeira pergunta, os intérpretes estão na TV não apenas para, em conformidade com a legislação, incluir as pessoas surdas no acesso à informação, mas porque as pessoas surdas conseguiram alcançar um patamar de visibilidade que impede que sejam vistos como, durante muitos séculos foram, como anormais, incapazes, deficientes. E para que esse intérprete possa participar desse novo território que os surdos vêm ocupando, de certa forma, uma desterritorialização, é preciso que ele, o intérprete, esteja cada vez mais envolvido com a sua própria desterritorialização, afastando-se assim daquelas velhas categorias que definiam surdos,

ouvintes e intérpretes. Esse movimento de afastamento pode significar uma aproximação, cada vez mais intensa, da comunidade sinalizante. O importante, portanto, é destacar que tanto surdos quanto ouvintes precisam estar muito próximos, como orquídea e vespa, para que seja possível desterritorializarem-se, inventarem-se novos e inéditos.

*Não se apaixone pelo poder.*

*Michel Foucault*

## REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, Departamento de lingüística e filologia da UFRJ, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Integração Social & Educação de Surdos**. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.
- CAMPELLO, Ana Regina e Souza. **Aspectos da visualidade na educação de Surdos**. Tese de Doutorado (Educação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- CAMPELLO, B. S., CAMPOS, C. M. **Fontes de informação especializadas: características e utilização**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1993.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. São Paulo: Ed. Autêntica, 2009.
- COSTA, Marisa V.C; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel e SOMMER Luis Henrique. **Estudos Culturais, educação e pedagogia**. Campinas: Revista Brasileira de Educação, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Estudos Culturais em Educação – um panorama**. In: Rosa Maria Hessel Silveira (org). Cultura, poder e educação: um debate sobre Estudos Culturais em Educação. Canoas: ULBRA, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O magistério na política cultural**. 1ed. Canoas: ULBRA, 2006.
- DELEUZE, G. **L’Ile Deserte et d’autres textes: textes et entretiens 1953-1974**. Paris: Ed. de Minuit. 2002.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. s/d. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim. [ed. original: 1972].

\_\_\_\_\_. **O que é a Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol.1.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles & Guattari, Félix. **O quê é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1997.

DELISLE e WOODSWORTH. **Os tradutores na história.** Tradução: Sérgio Bath. 1ed. São Paulo: ÁTICA, 2003.

FERNANDES, Eulalia. **Linguagem e Surdez.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERNANDES, Sueli. F. **É possível ser surdo em português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação.** In SKLIAR, Carlos (org). *Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos.* 1ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 14ª edição. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. **O cuidado com a verdade.** In *Ditos e escritos*, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir.** 5ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Petrópolis: Vozes, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

GESSER, Audrei. **Um olho no professor surdo e outro na caneta: ouvintes aprendendo a Língua Brasileira de Sinais.** Tese de doutorado, Campinas: Unicamp, 2006.

GUATTARI, Félix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Inconsciente Maquínico: ensaios de esquizo-análise.** Campinas: Papirus, 1988.

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. **Deleuze e a Educação.** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

HALL, Stuart A **Identidade Cultural na pós-modernidade.** 7a edição. Rio de Janeiro: DP&, 2004.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KARNOPP, Lodenir. B. **Língua de Sinais na Educação dos Surdos.** In: Thoma, Adriana da S; LOPES, Maura C. (Org). A invenção da surdez. 1ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. **Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar.** In: Perspectiva: Dossiê Língua de Sinais e Educação de Surdos. Revista do Centro de Ciências da Educação (UFSC). Florianópolis: Editora da UFSC, volume 24, n.Especial, 2006.

LOPES, Maura Corcini. **Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos.** In: A surdez: um olhar sobre as diferenças. (Org.) Carlos Skiliar. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MASUTTI, Mara Lúcia. **Tradução Cultural: Desconstruções Logofonocêntricas Em Zonas De Contato Entre Surdos E Ouvintes.**

Tese de Doutorado (Literatura). Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

McCLEARY, Leland. **O orgulho de ser surdo**. In: Encontro paulista entre intérpretes e surdos. São Paulo: FENEIS-SP, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A invenção do Brasil – O nascimento da paisagem brasileira sob o olhar do outro**. In: Fênix – Revista de História e Estudos Culturais Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2004. Vol. I, Ano I, nº 1. Disponível em: [www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

PEREIRA, Maria Cristina; FRONZA, Cátia de Azevedo. **Proficiência Lingüística e Fluência em língua de sinais: uma necessária revisão teórica**. IV Encontro de Pesquisa em Pós-Graduação. Fortaleza, CE, UNIFOR, 2006.

PERLIN, Gládis Teresinha. **A Cultura Surda e os Intérpretes de Língua de Sinais**. Educação Temática Digital. Campinas: v.7, n.2, p.135-146, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Identidades Surdas**. IN: SKLIAR, Carlos (ORG). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3º ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

\_\_\_\_\_. **O lugar da Cultura Surda**. IN: THOMA, Adriana da Silva e LOPES, Maura Corcini (ORG). A Invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

\_\_\_\_\_ & QUADROS, Ronice Muller de. (organizadoras). **Estudos Surdos II**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice M. **Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão**. Revista Ponto de Vista. Florianópolis: v.5, 2003.

\_\_\_\_\_. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Políticas lingüísticas e educação de surdos.** In: V Congresso Internacional e XI Seminário Nacional do INES, 2006, Rio de Janeiro. Anais do Congresso: Surdez, família, linguagem e educação. Rio de Janeiro: INES, v.1, p.94 – 102, 2007.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica; linguagem, identidade e a questão ética.** São Paulo: Editora Parábola, 2003.

RODRÍGUEZ, Éster de Los Santos. **Técnicas de Interpretacion de La Lengua de Signos.** Fundacion CNSE para la supresión de las barreras de la comunicacion. 2.ed. 2001.

ROLNIK, Suely. **Amor: o impossível e uma nova suavidade.** 1986. Texto disponível em <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>. Acessado em 15/06/2010.

\_\_\_\_\_. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, S. A. **Intérpretes de Língua de Sinais: um estudo sobre as identidades.** Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, T. T. da (Org.). **Identidades Terminais. As Transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu.** Petrópolis: Vozes, 1ed, 1998.

\_\_\_\_\_. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo.** 1ed. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 1999.

\_\_\_\_\_. **Teoria Cultural e educação – um vocabulário crítico.** Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SILVA, Vilmar. **Educação de surdos: uma releitura da primeira escola pública para surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880**. In: QUADROS, Ronice Muller. (Org). Estudos Surdos. 1ª ed. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

STIRNER, Max. **O Falso Princípio de Nossa Educação**. (Trad. Plínio Augusto Coelho). São Paulo: Editora Imaginário, 2001.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Histórias dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas**. In: QUADROS, Ronice Muller de & PERLIN, Gládis (organizadoras). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

SUPALLA, Ted. **Arqueologia das Línguas de Sinais: integrando lingüística histórica com pesquisa de campo em línguas de sinais jovens**. In: QUADROS, Ronice Muller de & VASCONCELLOS, Maria Lúcia Barbosa de (organizadoras). Questões Teóricas das Pesquisas em Línguas de Sinais. Florianópolis: Arara Azul, 2006. Tradução de Maria Lúcia Barbosa de Vasconcellos, Elaine Espíndola, Thiago Blanch Pires e Carolina Vidal Ferreira.

SKLIAR, Carlos B. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. **Atualidade da educação bilíngüe para Surdos: processos e projetos pedagógicos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. vol. I e II.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

THOMA, Adriana da S. **O cinema e a flutuação das representações surdas: que drama se desenrola neste filme?** Depende da perspectiva. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

VENUTTI, Lawrence. **Escândalos da Tradução: por uma ética da diferença.** Bauru, SP: EDUSC, 2002. Tradução Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.** In: TOMAZ, Tadeu da S. Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais. 4. ed./2005. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.